

EDITORIAL

Revista Portuguesa de
Grupanálise

TEORIA E CLÍNICA

O Outro real externo na
comunicação digital nos
tempos de isolamento
social: do cotidiano à
sessão psicanalítica

Sebastião Molina Sanches

O Luto do Irmão

Francisco Salgado

Uma hipótese explicativa
sobre o funcionamento
dos grupos: Possíveis
Contribuições da Neuro
Psicanálise e das
Neurociências Afectivas

Mário David

Escola de pais
grupanalítica. Intervenção
grupanalítica de curta
duração com foco
específico

Patrícia Poppe

ARTIGO HISTÓRICO

50 anos depois

Transference Neurosis and
the Group-Analytic Process
(1974)

Eduardo Luís Cortesão

Comentário

César Vieira Dinis

Sociedade Portuguesa de Grupanálise e
Psicoterapia Analítica de Grupo

REVISTA PORTUGUESA DE GRUPANÁLISE

SPGPAG

Nº1/ 2024

Estrutura Editorial

Director

César Vieira Dinis

Comissão Editorial

Francisco Salgado, Lara Caeiro, Diogo António, Andreia Ferreira

Conselho Editorial

Ângela Ribeiro, Domingos Silva, Isaura Manso Neto, João Carlos Melo,
Sara Ferro

Correspondentes Nacionais e Internacionais do Conselho Editorial

Aucíndio Valente Silva (Portugal)

Waldemar Fernandes (Brasil)

Beatriz Fernandes (Brasil)

Comissão de Revisores

Ângela Ribeiro (Portugal)

Isaura Manso Neto (Portugal)

Aucíndio Valente Silva (Portugal)

João Carlos Melo (Portugal)

Beatriz Fernandes (Brasil)

José de Abreu Afonso (Portugal)

Carlos Góis (Portugal)

Maria João Centeno (Portugal)

César Vieira Dinis (Portugal)

Mário David (Portugal)

Francisco Salgado (Portugal)

Sara Ferro (Portugal)

Graça Galamba (Portugal)

Waldemar Fernandes (Brasil)

EDITOR

Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo

www.grupanalise.pt

R. Carlos José Barreiros, 25 R/c Dto., 1000-087 Lisboa

e-mail: spgpag.pt@gmail.com

Lisboa, 2024

DESIGN

Layout e paginação: Lara Caeiro

Capa e artwork: Diogo António

ISSN

1645-0078

Índice

Editorial	5
<i>O outro real externo na comunicação digital nos tempos de isolamento social: do cotidiano à sessão psicanalítica</i>	9
Sebastião Molina Sanches	
<i>O luto do irmão</i>	19
Francisco Salgado	
<i>Uma hipótese explicativa sobre o funcionamento dos grupos: Possíveis contribuições da neuropsicanálise e das neurociências afetivas</i>	31
Mário David	
<i>Escola de pais grupalítica. Intervenção grupalítica de curta duração com foco específico</i>	52
Patrícia Poppe	
<i>Artigo histórico</i>	75
<i>Transference neurosis and the group-analytic process (1974)</i>	
Eduardo Luís Cortesão	
<i>Comentário ao artigo histórico de Eduardo Luís Cortesão</i>	88
César Vieira Dinis	

Editorial

Foi no ano de 1956, após uma comunicação proferida pelo Prof. Dr. Eduardo Luís Cortesão na Sociedade Portuguesa de Neurologia e Psiquiatria (SPNP) sobre o tema “Experiência clínica em psicoterapia de grupo”, que se criou o primeiro núcleo de jovens psiquiatras, núcleo que deu origem já em 1958 ao Grupo de Estudos de Grupanálise.

Sensivelmente cinco anos mais tarde, em 1963, este grupo constituiu-se como sociedade científica agregada enquanto seção da SPNP, da qual se veio a autonomizar, nascendo em 1981, a Sociedade Portuguesa de Grupanálise (SPG); a partir de 2012, com a expansão do seu campo de intervenção, a SPG passou a designar-se Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo (SPGPAG).

Ao longo de todo este tempo foram inúmeros os trabalhos técnicos e científicos que se produziram, apresentados em congressos, seminários, sessões científicas... que careciam de uma mais ampla difusão/divulgação.

É nesse sentido, que, em julho de 1967, surge o 1º Boletim Informativo da Seção de Grupanálise da SPNP a que se seguiram mais dois números: um em maio e outro em junho de 1970.

Em finais de 1976 surge o primeiro número da revista Grupanálise e em 1977 o segundo número, a que se segue uma interrupção, só retomada em 1982 com a publicação do nº1 de uma nova série da revista.

Mas é a partir de 1988 que a revista Grupanálise ganha alguma continuidade com publicações regulares entre os anos 1988/1994, 2000/2005 e 2010/2016.

Entretanto em 2003, em resposta aos novos tempos, surge a primeira revista da SPG na modalidade online (Grupanáliseonline.pt), a qual se manteve até 2008; entre 2010 e 2011 foram ainda publicadas duas revistas simultaneamente em formato digital e papel.

Percebe-se assim que, a revista da SPG/SPGPAG sofreu diversas descontinuidades próprias das vicissitudes de uma sociedade com um longo percurso, no qual se

reconheceu sempre a sua importância como meio de difundir um património técnico e científico de que a SPGPAG tanto se orgulha.

Com este número, inicia-se uma nova série, em formato digital e com periodicidade anual, cujo propósito é o mesmo das revistas anteriores: assegurar um espaço que possibilite a apresentação de trabalhos dos sócios e de todos aqueles que estejam ligados à grupanalise, permitindo assim uma mais ampla disseminação da atividade científica da SPGPAG.

Este número desta nova série da revista é não temático, sendo constituído por um conjunto de artigos avulsos: o primeiro é da autoria do Dr. Sebastião Molina Sanches com o título “O Outro Real Externo na Comunicação Digital nos Tempos de Isolamento Social: do Cotidiano à Sessão Psicanalítica”, onde o autor se questiona sobre as consequências psíquicas, sociais e económicas do uso massivo da comunicação digital, decorrente da pandemia (COVID-19); o segundo artigo é da autoria do Dr. Francisco Salgado sobre “O Luto do Irmão” , onde se reflete sobre a importância do processo de luto do irmão e de como este pode ser vivido e trabalhado em *setting* grupanalítico; no terceiro, com o título “Uma Hipótese Explicativa sobre o Funcionamento dos Grupos: Possíveis Contribuições da Neuro-psicanálise e das Neurociências Afetivas” o autor, Dr. Mário David, faz uma reflexão sobre o contributo atual das conceções neurocientíficas e neuro-psicanalíticas sobre o comportamento da mente humana, facilitadoras de uma melhor compreensão do funcionamento dos processos de grupo; por fim o quarto artigo é da autoria da Dra. Patrícia Poppe com o título “Escola de Pais Grupanalítica -Intervenção Grupanalítica de Curta Duração com Foco Específico” onde se apresenta um modelo de intervenção terapêutico com recurso aos princípios e à técnica grupanalítica aplicados à parentalidade, modelo de intervenção breve, mas com potencialidades psicoterapêuticas transformadoras.

Numa rubrica que designámos de Artigos Históricos, publica-se ainda um trabalho do Prof. Dr. Eduardo Luís Cortesão apresentado em Londres (1974) com o título “Transference Neurosis And The Group-Analytic Process”, seguido de um comentário do Dr. César Vieira Dinis onde é realçada a importância deste artigo na génese do que hoje entendemos por Escola Portuguesa de Grupanalise.

Estão assim reunidos um conjunto de trabalhos, que integram preocupações/reflexões de carácter social, novas abordagens técnicas e novas aplicações do modelo

grupalítico, em sintonia com a experiência, maturidade e consistência de um modelo clínico com um longo percurso histórico, a que importa dar continuidade.

Pela Comissão Editorial

Francisco Salgado

Grupanálise.

Teoria & Clínica



O outro real externo na comunicação digital nos tempos de isolamento social: do cotidiano à sessão psicanalítica

Sebastião Molina Sanches

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir sobre alguns aspectos do uso massivo da comunicação digital durante o isolamento social imprescindível para o enfrentamento da pandemia de COVID-19. A aceleração da virtualização da comunicação com o digital provoca consequências, psíquicas, sociais e econômicas. As diversas áreas da vida, que passamos a exercer através deste novo meio, sofreram transformações. Parte do cansaço, da confusão e dos conflitos que apareceram derivam da nossa falta de adaptação a um meio que tenta parecer natural e transparente, mas não é. Fomos positivamente surpreendidos com a constatação de que muitas atividades que pareciam impossíveis de serem realizadas por meio da comunicação digital alcançaram êxito e foram fundamentais para a manutenção da saúde mental e enfrentamento da pandemia.

Palavras-chave: Comunicação Digital; Isolamento Social; COVID-19; Virtual.

The external and real other amidst digital communication in times of social isolation: from everyday life to the psychoanalytic session

Abstract

The purpose of this article is to reflect on some aspects of the massive use of digital communication during the social distancing necessary to cope with the COVID-19

¹ Gerente de projetos de TI, Grupoterapeuta com ênfase em Gestão de Pessoas-SPAG-CAMP, Pós graduação: Gestão Estratégica de empresas, Unicamp. Graduação: Análise de Sistemas, PUCCAMP. smsanches1@yahoo.com.br

pandemic. The acceleration of the virtualization of communication with the digital media had psychological, social and economic consequences. The different areas of life, which we began to exercise through this new environment, underwent transformations. The fatigue, confusion and conflicts that emerged derive from our lack of adaptation to an environment that tries to appear natural and transparent, but it is not. We were positively surprised by the fact that many activities that seemed impossible to be carried out through digital communication were successful and were fundamental to maintaining mental health and to withstand the pandemic.

Keywords: Digital communication; Social distancing; COVID-19; Virtual.

El otro real externo en la comunicación digital en tiempos de distanciamiento social: de diário a la sesión psicoanalítica

Resumen

El propósito de este artículo es reflexionar sobre algunos aspectos del uso masivo de la comunicación digital durante el distanciamiento social necesario para enfrentar la pandemia del COVID-19. La aceleración de la virtualización de la comunicación con lo digital tuvo consecuencias psicológicas, sociales y económicas. Los distintos ámbitos de la vida, que comenzamos a ejercitar a través de este nuevo entorno, sufrieron transformaciones. Parte del cansancio, la confusión y los conflictos que aparecían derivan de nuestra falta de adaptación a un entorno que pretende parecer natural y transparente, pero no lo es. Nos sorprendió positivamente el hecho de que muchas actividades que parecían imposibles de realizar a través de la comunicación digital tuvieron éxito y fueron fundamentales para mantener la salud mental y enfrentamiento de la pandemia.

Palabras clave: Comunicación Digital; Distanciamiento Social; COVID-19; Virtual.

INTRODUÇÃO

Em meados do mês de março de 2020, o que eram só informações vindas da China, Europa e outros países pelo mundo afora, nos afetaram de forma inexorável. Foram necessárias medidas abruptas no Brasil para conter ou mitigar o efeito fatal da pandemia de COVID-19 que assolava o mundo.

Dentre as várias medidas necessárias quero fazer um recorte do meu ponto de vista, que é a vista de um ponto de uma determinada parcela da população que teve a possibilidade de exercer sua atividade laboral em casa. Devido ao isolamento social imprescindível para frear o espalhamento do insidioso vírus, o teletrabalho ou *home office*, que pairava há tempos pelas organizações, foi uma alternativa encontrada para viabilizar a continuidade das operações produtivas sem precisar de deslocamento ou aglomeração.

Além do trabalho, muitas outras atividades passaram para modalidades remotas, como compras de supermercado, entregas de restaurante e farmácia, consultas médicas, psicoterapias e reuniões familiares.

A atmosfera geral era de apreensão e medo, além da mudança súbita para atender demandas concretas antigas formas intangíveis de preservar a saúde mental se perderam. Os espaços rotineiros e informais de descompressão psíquica não eram mais possíveis: tentaram-se outros como as *lives*, os cafés virtuais, etc. No entanto, a sensação geral foi de cansaço devido a sobreposição de papéis e tarefas no mesmo espaço, além do medo que nos remeteu a primitivas vivências de desamparo.

DESAMPARO E ENFRENTAMENTO

No contexto de enfrentamento da pandemia se tornaram comuns relatos que nos remetem ao desamparo originário do sujeito conceituado por Freud no *Mal estar da civilização* (Freud, S. 1930; Birman, J. 2020 p.135). Nos sentimos à mercê de uma ameaça fatal invisível, transmitida pelo outro conhecido ou desconhecido.

Neste ambiente hostil, buscamos recursos de enfrentamento, psíquicos e concretos. uma das ferramentas usadas e abusadas foi a comunicação mediada por computador. No entanto, esta comunicação nunca havia sido usada de maneira tão massiva, englobando quase todas as tarefas do dia a dia. Desde sempre houveram entusiastas

para um uso cada vez mais expandido das várias possibilidades de comunicação digital, assim como houve e ainda há muitos outros que são céticos e consideram este uso como sendo um recurso inferior de comunicação, que nos rebaixa a máquinas e empobrece a experiência humana, seja ela qual for.

No entanto, devido a exigência imperiosa de isolamento social para mitigar a pandemia, pragmaticamente expandimos o uso do que estava disponível no mundo digital para mantermos nossas atividades sem nos expormos a contaminação pelo Sars-CoV-2. Este pragmatismo inevitável não nos isenta de observarmos e pensarmos nas consequências do uso massivo da comunicação digital.

VIRTUALIZAÇÃO

Segundo Pierre Lévy em *Cibercultura* ‘... a comunicação contínua, com o digital, um movimento de virtualização iniciado há muito tempo pelas técnicas mais antigas, como a escrita, a gravação de som e imagem, o rádio, a televisão e o telefone.’ (Lévy, 2010, pág. 51). Isto nos alerta para uma dinâmica que já existia antes da comunicação digital e que foi acelerada com as possibilidades tecnológicas contemporâneas. Não podemos esquecer que a escrita e o livro, muito antes dos dispositivos eletrônicos, também são suportes tecnológicos.

Comunicação digital e virtual não são sinônimos, digital é tudo que é traduzido em números e a tecnologia da informação traduz tudo para 0 e 1. Esta simplicidade binária é o que possibilita a tradução de quase toda informação, seja letra, som, imagem para o mundo digital.

Virtual é tudo que existe em potência e não em ato, existe sem presença. O virtual não é falso, imaginário ou ilusório, apesar de poder provocar ilusão e engano (Lévy, P. 1996). Para esclarecer um pouco vamos observar a expressão ‘namoro virtual’ que comumente é um tipo de relacionamento que está circunscrito na comunicação digital. O ‘namoro virtual’ não é um relacionamento falso ou puramente imaginário. Existem elementos de realidade: textos, voz, imagens, diálogos, desentendimentos e há trocas de afetos não presenciais: ciúmes, cumplicidade e erotismo; o que é virtual e tem potência para se realizar em ato é o encontro físico. O encontro presencial torna

concreto o que era virtual. O que existia somente em potência por ser virtual vira ato, vira gesto em comum e deixa de ser virtual.

Podemos pensar também na semente de uma árvore. A árvore na forma adulta: tem raízes, tronco, galhos, folhas etc. está presente virtualmente na semente, mas se realizará somente se a semente germinar e seguir sua maturação rumo a forma completa. A semente é a árvore? Sim e não. A semente contém a árvore virtualmente (Lévy, P. 1996).

Para entendermos o momento atual de transformação faremos uma digressão sobre a passagem da cultura de tradição oral para a escrita. A escrita foi um grande desenvolvimento tecnológico que teve sua resistência à época. Havia filósofo grego que era contra porque o registro escrito empobreceria a filosofia. Segundo aprendi com Mauro Naves, um relato mitológico, quando era registrado de forma escrita, perdia sua vitalidade, deixava de se enriquecer com a transmissão oral.

Temos o ditado popular que diz: ‘quem conta um conto aumenta um ponto’, isto é dito com um sentido pejorativo da transmissão oral. Porém, é nestes pontos aumentados, às vezes discretos, quase imperceptíveis, que o psicanalista pode intervir para provocar um *insight*. Quem já se pôs a anotar um sonho certamente sentiu como a escrita é um recurso precário, quase inadequado, para dar conta do registro de um evento onírico com sua atmosfera peculiar e acontecimentos aparentemente inusitados. Apesar disso, um sonho sonhado e anotado é um material valioso numa terapia psicanalítica.

Na cultura somente oral, nos ensina Pierre Levy em Ciberultura (Lévy P. 2010, p.116), as informações linguísticas eram quase sempre emitidas e recebidas no mesmo tempo e lugar, num mesmo universo de significação em que seus participantes estavam inseridos na mesma dinâmica semântica evolutiva, no mesmo contexto e fluxo de interações. A escrita mudou radicalmente esta situação.

Com a escrita passamos a ter contato com informações produzidas por pessoas a milhares de quilômetros, ou que viveram há séculos e que nunca se conhecerão. A escrita altera radicalmente a situação em que a mensagem ocorre, a dinâmica semântica, de contexto ou interativa nem sempre é comum, como é em quase todas as ocasiões na comunicação oral. Esta possibilidade de a mensagem escrita ser recebida fora de contexto é de uma imensa riqueza e nos levou a noção de universalidade, mas

traz mal-entendidos também. Quando tentamos produzir um texto, como este que escrevo agora, sente-se o enorme esforço envolvido para que saia alguma coisa que preste. É uma mistura de sentimentos paradoxais: angústia, frustração, alegria e realização em busca da comunicação com alguma clareza, beleza e ritmo da batida perfeita.

Fizemos este recorte da incorporação da escrita na cultura para tatearmos as transformações que a tecnologia digital traz atualmente. Estamos no início da disponibilidade da tecnologia digital em grande escala e isto causa muitos mal-entendidos e usos ora úteis, ora perversos. O mundo digital, ao ampliar a virtualização e a produção de conteúdo em grande escala, encontra pessoas que percebem o mundo e seus produtos de uma forma pré-digital. Mesmo os chamados nativos digitais estão inseridos num contexto cultural com outras referências.

COMUNICAÇÃO DIGITAL E TERAPIA

Para elucidar, lembro-me de uma conversa recente tida com meu pai, que já contava com mais de 90 anos. Ele afirmou: ‘tudo o que está na televisão é verdade’. Fiquei desconcertado com a segurança dele a respeito disso e então usei alguns argumentos para ponderar que nem sempre é assim. Esta afirmação dele me despertou para a avalanche de *fake News* que vivemos, pois basta dar um formato de vídeo ou texto para qualquer informação que isto fará sentido para um conjunto significativo de pessoas que estão acostumadas a valorizar mais o formato do que conteúdo. O mesmo podemos dizer de áudios infinitos com informações estranhas que engajam milhões de pessoas, geram conflitos e viram referência de informação verdadeira. Atualmente querem nos submeter a autoridade dos doutores da lei formados nas inusitadas universidades de mensagens instantâneas de redes sociais.

Vamos refletir um pouco sobre este momento peculiar em que o uso da comunicação mediada por computador, seja num smartphone, tablet, laptop etc. se tornou um imperativo devido ao isolamento social no enfrentamento da pandemia de COVID-19.

Como relatado acima, o uso da comunicação digital de forma massiva é uma novidade. A tecnologia disponível tornou possível manter nossas atividades, seja laborais, de saúde, alimentação etc. Este uso não pode ser tomado de forma naturalizada,

inevitável. Isto é, houve uma necessidade imperativa devido ao isolamento social; em alguma medida foi o melhor que tínhamos à mão. Porém, isto não nos exime de observar e refletir nas consequências deste novo formato.

Tivemos muitos relatos de cansaço, esgotamento físico e mental devido a perda de referências físicas de tempo espaço, por exemplo no trabalho: 'Quando comecei a trabalhar se ainda estou com roupa de dormir e em casa?' 'O que marca o final desse expediente se não vou sair daqui?' 'Não estou mais no consultório, que sessão é essa em que estou em casa?'

Até então o uso que fazíamos da comunicação digital era voltado principalmente para entretenimento nas redes sociais, o que tem produzido uma cultura de estímulos exacerbados, grupos organizados em bolhas ideológicas com forte tendência polarizadora.

Por outro lado, encaramos também o uso da tecnologia de comunicação mediada pelo computador como uma perda do autêntico, como algo empobrecido e não como oportunidade para pensarmos novas formas de desenvolvimento da cultura. Talvez a massificação que foi necessária para o isolamento social no enfrentamento da COVID-19 seja uma oportunidade para uma observação singular e aprofundada.

Há muitas objeções sobre uma terapia no formato mediado pela comunicação digital, lembro de algumas rupturas numa sociedade de psicoterapeutas de grupo que acusavam os que estavam pesquisando e iniciando a prática de atendimento remoto (*online*) de charlatanismo. Porém, ao longo do tempo e num momento de exigência de isolamento social como o que vivemos, as resistências têm diminuído drasticamente. Uma questão relevante é a presença física, no mesmo ambiente do terapeuta e seu paciente, ou seus pacientes quando se trata de grupo.

Ouvi alguns analistas comentarem que apesar de um certo estranhamento inicial o transcorrer da terapia acontece de modo normal, com alguns aspectos diferentes e às vezes inusitados. Como o de um bebê, filho da terapeuta, que começa a chorar e apesar das várias tentativas do pai para que isto não aparecesse no áudio da sessão, os participantes notaram o choro e inevitavelmente virou assunto na sessão. A terapeuta aproveitou a oportunidade gentilmente para elaboração do que aquele choro de bebê provocou no psiquismo dos presentes na sessão *online*.

Há muito o que se pesquisar e conceituar a respeito de terapias mediadas pela comunicação digital, porém na questão da presença do corpo dos envolvidos temos que lembrar que em psicanálise o mesmo não se restringe somente ao corpo físico, biológico, presente no mesmo lugar. O corpo na psicanálise vai além do somático, é objeto para o psiquismo, é o corpo da representação inconsciente, investido numa relação de significação, inserido na linguagem, construído em suas fantasias e história (Lazzarini, E. R.; Viana, T. C. 2006).

Por isso encontramos relatos de terapeutas que reconhecem a possibilidade do desenvolvimento normal de uma sessão online (Birman, J. 2020; Goldberg, L. & Akimoto, C., 2021). Numa psicoterapia via comunicação digital, o outro real externo, tão caro na terapêutica da psicanálise vincular (Fernandes, W. J. 2014) e da grupanálise, está ali, é outro, é real e é externo. Apesar da distância geográfica, há presença no psiquismo suficientemente propícia para a elaboração, viabilizada pela comunicação digital que incide no corpo físico com suas representações e vínculos.

Penso que há uma necessidade premente de se pesquisar e publicar sobre os impactos que a Grupanálise/Psicoterapia Analítica de Grupo sofre numa dinâmica *on-line*. Como é afetado o processo grupanalítico, a neurose de transferência grupal e a sua elaboração? Há diferença na contratransferência? É preciso cautela, o meio de comunicação pode alterar significativamente a dinâmica terapêutica, não se adequando a todos de maneira indiscriminada, podendo inclusive ser inviável em alguns casos.

CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

Uma questão deveras relevante sobre a comunicação digital, ainda pouco conhecida e regulamentada, é o aspecto de vigilância e registo permanente pelos provedores de acesso de comunicação digital das nossas atividades e uso indevido dos nossos dados privados. Isto não pode ser ignorado ou naturalizado como inerente ao meio digital. Como reforçado várias vezes, estamos nos habituando a um meio de comunicação recente, tanto para quem usa como para quem provê. A quantidade de informações das atividades do nosso dia a dia e interesses pessoais que podem ser armazenadas e usadas para predição de comportamento e oferta de consumo são inimagináveis. Para este conjunto de práticas descritas acima a acadêmica norte-americana Shoshana

Zuboff conceituou como ‘Capitalismo de vigilância’ (*Surveillance Capitalism*) (Zuboff, S. 2020).

A importância de mencionarmos este conceito num artigo que trata de psicoterapias *online* é lembrar que este novo ambiente não é algo neutro e que seus provedores podem estar usufruindo de maneira inapropriada dos registros dessas atividades. O conceito de ‘Capitalismo de vigilância’ é algo novo, mas importante de se entender para percebermos como a comunicação digital pode nos afetar. Os governos têm se preocupado com este novo ambiente e há leis novas, na União Europeia a GDPR (General Data Protection Regulation) de 2018 e no Brasil a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) que entrou em vigor em 2020, para regulamentar as grandes empresas de tecnologia e proteger nós seus usuários.

A GUIA DE CONCLUSÃO

O isolamento social necessário no enfrentamento da pandemia de COVID-19 acelerou de modo dramático e imperativo o uso da comunicação mediada por computador. Isto provocou repercussões psíquicas, sociais e econômicas, que ainda precisam ser reconhecidas e elaboradas. Os muitos relatos de cansaço, confusão e conflitos foram consequência da nossa falta de adaptação a essa nova tecnologia que não é neutra e nem sem riscos ou custos, tanto do ponto de vista subjetivo quanto social e econômico.

A comunicação digital é potencialmente adequada para realizarmos muitas tarefas. Inexoravelmente teve e ainda terá seu uso expandido, com algum grau de desconforto e experimentação. Podemos afirmar que quando foi inevitável realizar psicoterapias *online* em tempos de isolamento social a comunicação digital foi eficaz. Como referenciado ao longo deste artigo temos conceitos psicanalíticos que nos embasam a considerar a presença via comunicação digital efetiva para um trabalho de Psicoterapia Analítica de Grupo com suas representações, vínculos, fantasias e sonhos que podem perfeitamente serem trabalhados promovendo saúde mental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Birman, J. (2020) O trauma na pandemia do Coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Dunker, C. (2021) <https://www.uol.com.br/tilt/colunas/blog-do-dunker/2021/07/09/o-sujeito-na-era-digital.htm>. Recuperado em 30/10/2021.
- Fernandes, W. J. (2014). Sobre o inesperado: administrando a adversidade do imprevisto e do diverso no trabalho grupal. Revista da SPAGESP, 15(2), 4-11.
- Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Goldberg, L. & Akimoto, C. (2021) O Sujeito na Era Digital. São Paulo. Almedina.
- Lazzarini, E. R.; Viana, T. C. (2006). O corpo em psicanálise. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 22, n. 2, 2006. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200014&lng=en&nrm=iso>. Recuperado em 12 mai. 2022.
- Lévy, P. (2010) Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34.
- Lévy, P. (1996) O que é virtual? Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34.
- Marques, P. M. (2004) O Conceito de matriz grupalítica na escola portuguesa de grupalítica. Dissertação de doutoramento em psicologia, ISPA -Instituto Universitário, Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.12/3816> Recuperado em 12 mai. 2022.
- Zuboff, S. (2020). A era do capitalismo de vigilância: *a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*, 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca.

O luto do irmão

Francisco Salgado

Resumo

De acordo com Hegel (cit.in Byang-Chul Han, 2012, p.35): "...algo só é vivo quando contém em si a contradição...", nesse sentido, vida e morte são condições intrínsecas à existência humana.

Mas, como refere Freud (1915, cit. in Silva, P.N., 2012 p.69): "No fundo, ninguém acredita na sua própria morte (...) no seu inconsciente cada um de nós está persuadido de ser imortal".

E na sequência do que nos diz Freud, J. Laplanche (1985, p.14) acrescenta: "no inconsciente, a morte seria sempre a morte do outro, (...) e nós não teríamos acesso a um pressentimento de nossa própria mortalidade, senão na identificação ambivalente com a pessoa querida, cuja morte desejamos e tememos ao mesmo tempo, o que acontece essencialmente no luto".

Assim, o luto do irmão, pela sua proximidade e grande intimidade, ganha um lugar particular na nossa vivência, na nossa relação com a vida.

Num tempo de acentuação de perdas, que os *media* se encarregam de enfatizar, proponho-me falar da importância do luto do irmão e de como este pode ser vivido e trabalhado em *setting* grupal analítico.

Trata-se de um trabalho que se enquadra na temática do complexo fraterno, temática que tenho vindo progressivamente a desenvolver.

Palavras-Chave: Luto, Complexo Fraterno, Grupal análise.

² Psicólogo, Grupalista, Membro Titular Didacta da Sociedade Portuguesa de Grupal análise e Psicoterapia Analítica de Grupo (SPGPAG). franciscosalgado@sapo.pt
Artigo adaptado a partir da sua comunicação oral apresentada no XXI Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupal análise e Psicoterapia Analítica de Grupo, 14-15 Outubro 2022.

Abstract

According to Hegel (cf. Byang-Chul Han, 2012:35): "...something is only alive when it contains contradiction within itself..."; meaning life and death are inherent to human existence.

However, Freud says (1915): "Deep down, no one believes in his own death (...) in our unconscious each one of us is persuaded of his immortality".

Following Freud, J. Laplanche (1984:14) adds: "in the unconscious, death would always be someone else's, ... and we would not have access to a premonition of our own mortality, unless when it concerns the ambivalent identification with someone we loved, whose death we wish and fear at the same time, something that happens essentially during the time of mourning".

Therefore, because of its closeness and major intimacy, the time of grieving acquires a special place in our daily experiences, in our relation towards life.

In this time of more common loss, emphasized by the media, we wish to talk about the importance of grieving the loss of a sibling and how this issue may be lived and addressed in a Group Analytical setting.

This is a task framed by the Sibling Complex thematic, one the author has progressively been developing.

Key Words: Grieving, Sibling Complex, Group Analysis

I – Introdução

Dedico esta comunicação à memória do meu irmão João que faleceu em 1971 na sequência de acidente de aviação em S. Jacinto. Esse voo, seria o último que estava previsto, antes de partir para as ex-colónias.

Em 17/05/2001 dediquei-lhe este pequeno poema:

João

João Sebastião

Esperança, dor e desilusão

João filho, João pai e irmão

Silêncio contido no meio da escuridão.

João turbilhão, grito e revolução

Rédea solta, verdade prometida

Identidade querida, de alegria vivida

Nunca esquecida no meu coração.

João vaidade, João liberdade

Com angústia e fraternidade,

Guerreiro perdido sem vocação

Cavaleiro despedido sem condecoração.

João Sebastião saudade

João para a eternidade.

Podemos dizer que vida e morte, Eros e Tanatos, são condições intrínsecas à existência humana, são faces de uma mesma moeda; uma pressupõe a outra, assumindo a morte um papel imprescindível à vida. Segundo Hegel (cit. in Byang-Chul Han, 2012, p.35) “...algo só é vivo quando contém em si a contradição...”.

Para Byang-Chul Han (2012, p.27), “Aquele que não tem capacidade de morte não arrisca a sua vida”. Em vez de “ir à morte consigo mesmo, permanece em si mesmo dentro da morte”. Assim “... é a morte que mantém viva a vida”. Byang-Chul Han (2021, p.21).

Mas, como refere Freud, (1915 cit. in Silva, P.N.,2012, p.69): “No fundo, ninguém acredita na sua própria morte (...) no seu inconsciente cada um de nós está persuadido de ser imortal”.

E na sequência do que nos diz Freud, J. Laplanche (1985, p.14) acrescenta: “no inconsciente, a morte seria sempre a morte do outro, (...) e nós não teríamos acesso a um pressentimento de nossa própria mortalidade, senão na identificação ambivalente com a pessoa querida, cuja morte desejamos e tememos ao mesmo tempo, o que acontece essencialmente no luto”.

O luto tem assim uma importância fundamental, ao permitir, através da morte do outro, objetivar a nossa própria morte (Heidegger, cit. in Byang-Chul Han, 2021). Esta inevitabilidade, esta consciência existencial de finitude, aparece espelhada através da morte do outro. Acresce que, no caso da perda dos nossos entes queridos, eles de alguma forma levam consigo parte de nós, o que provoca uma experiência de fragmentação da nossa identidade (Bonanno et al, 2001).

Nesse sentido, o irmão/irmã, pela sua proximidade, grande intimidade e pela sua forte função identitária, tem no luto, um lugar particular na nossa vivência, na nossa relação com a vida.

As estatísticas da pandemia e o número de mortes desta guerra sem fim à vista, alimentadas dia a dia pelos *media*, introduziram na atualidade, uma vulnerabilidade sem precedentes, que questiona naturalmente a nossa relação com a morte.

Como se lida com a morte súbita, traumática e inesperada? Como se lida com a morte fora de tempo?

Como sabemos, o luto é um processo doloroso, mas necessário para que seja possível o estabelecimento de uma nova relação de objeto, uma nova esperança de viver.

Abordemos então o luto.

II - O luto

Etimologicamente a palavra luto é proveniente do latim “*luctus,us*” que significa dor, mágoa, lástima. Refere-se a um conjunto de reações por perda significativa, geralmente a morte de outro ser. O sofrimento tende a ser considerado uma resposta expectável a um fenómeno natural, reconhecido e normalizado pela sociedade.

Em “Luto e Melancolia” (1917) Freud desenvolve a ideia de luto como um processo de elaboração psíquica.

De uma forma geral, podemos dizer que o processo de luto ou “trabalho de luto” (Freud, 1917), é a adaptação a um mundo sem a pessoa amada, à sua ausência física, exigindo que se prescindia de projetos futuros com ela. No entanto, uma pessoa só morre quando é esquecida; nesse sentido, um processo de luto integra a transformação da relação anteriormente física, numa relação interna, simbólica e emocional. Se “morrer é só não ser visto”, como nos diz Fernando Pessoa, os laços podem, no entanto, ser eternos.

Cada perda é singular (Barbosa, 2014, cit. in: Gabriel, S., Paulino, M. e Baptista T.M., 2021): por exemplo, uma perda inesperada (suicídio; acidente...) pode provocar um processo de luto de intensa raiva e revolta; por outro lado, uma perda antecipada (doença crónica...) pode desencadear um processo de luto e sofrimento, anterior à perda real da pessoa.

Os antecedentes pessoais dos enlutados e a fase da vida em que ocorre a perda, desde a infância à terceira idade, impactam de igual forma a singularidade desta experiência, bem como as características únicas da relação com a pessoa perdida (dependência emocional por exemplo).

As dificuldades em lidar com o sofrimento do outro são, em boa parte, decorrentes das dificuldades em lidar com a sua própria morte, pois como já vimos, o homem é incapaz de suportar a ideia de morrer.

Para Freud, segundo Amaral Dias (2000) no trabalho do luto, quando há perda do objeto, há uma retirada do investimento libidinal desse mesmo objeto, que volta novamente ao sujeito. Este momento, em que se faz a passagem do investimento no objeto para o próprio Eu, é determinante no trabalho do luto. Para Amaral Dias é durante esse tempo que ocorrem todos os aspetos ligados à elaboração da dor depressiva – da dor mental sobre a perda do objeto.

O processo de luto fica “concluído” quando há um reinvestimento da libido num novo objeto. Em síntese, trata-se de um mecanismo de passagem do objeto para o sujeito, para reinvestir em novos objetos. Assim, o luto implica de alguma forma, uma nova aquisição.

Bowlby (1980) desenvolveu um modelo com base na teoria da vinculação, em que o luto foi conceptualizado como uma resposta à frustração, uma resposta a uma necessidade básica de vinculação, nomeadamente ao desejo de manutenção de uma relação de proximidade com uma figura querida. Este modelo implica quatro fases: choque, protesto, desespero e aceitação.

Na primeira fase, o indivíduo está em estado de choque, distante e incapaz de reconhecer a perda como real. Na segunda fase, anseia pela pessoa perdida, sendo invadido por emoções de tristeza/raiva, bem como pela necessidade de justificação da perda. A terceira fase, é a da consciencialização da perda e da sua irreversibilidade, o que desencadeia um desespero profundo e uma sensação de impotência em recuperar a pessoa perdida. A quarta e última fase, remete para a adaptação às mudanças provocadas pela perda, com retoma progressiva do funcionamento prévio à perda e a aceitação da mesma.

Para Bowlby (1980) a adaptação no processo do luto, é o resultado de duas forças vinculativas opostas: a necessidade de manter proximidade com a pessoa perdida e a necessidade de desvinculação, com consequente disponibilidade emocional para investir noutras relações, pensamento que é muito semelhante ao de Freud.

Por oposição a estes modelos de fases, surgiram mais recentemente, novas perspetivas que se focam no papel mais ativo da pessoa no processo de adaptação à perda (Worden, 2008, cit. in: Gabriel, S., Paulino, M. e Baptista T.M., 2021).

Worden (2008, cit. in: Gabriel, S., Paulino, M. e Baptista T.M., 2021) destaca quatro tarefas a realizar no luto: aceitar a realidade da perda; processar a dor da perda; adaptar-se a um mundo sem a pessoa perdida e encontrar uma conexão emocional com a pessoa continuando a viver sem a mesma.

Tendo como referência este modelo de tarefas, Barbosa (2010, cit. in: Gabriel, S., Paulino, M. e Baptista T.M., 2021) identificou três tarefas associadas ao processo de luto: a aceitação e compreensão da perda, a aquisição de significado e ainda a adaptação criativa à vida. A primeira tarefa envolve a aceitação da perda como real, do luto como doloroso e a redefinição da ligação emocional com a pessoa perdida. A segunda tarefa implica a recuperação da disponibilidade para cultivar novos interesses, construir novas relações e viver sem a pessoa perdida. A terceira tarefa está

relacionada com o desenvolvimento de uma nova identidade, isto é, encontrar um novo significado e adotar novas formas de estar no mundo.

Assim, uma das tarefas fundamentais para a elaboração de um luto adaptativo é a atribuição de significado à perda (atribuição de uma causa ou razão da morte) facilitando a sua aceitação.

Sendo uma experiência singular, a duração do luto é variável já que é influenciada por diversos fatores, como as características da morte (violenta, traumática, inesperada), as variáveis pessoais (personalidade, antecedentes pessoais, lutos acumulados) sociais (rede de apoio) ou culturais (mitos).

No entanto, a investigação diz-nos que os indivíduos tendem a restabelecer o funcionamento geral nos primeiros 12 meses após a perda.

Segundo Shear e col. (2011, cit. in Alves-Costa e col. 2021), cerca de 10% da população poderá necessitar de apoio profissional especializado para lidar e ultrapassar o luto, podendo apresentar risco elevado de depressão, stress pós-traumático e patologia de luto.

Por sua vez, Djelantik (1997, cit. in Pereira, M. 2021) assegura que as mortes não naturais (acidentes, desastres, catástrofes naturais...) são “responsáveis” por um maior risco de perturbações mentais: luto prolongado, stress pós-traumático e perturbação depressiva major.

Um aspeto fundamental na elaboração do luto é a realização de funerais. Estes têm um papel determinante para o reconhecimento da morte como real e irreversível, para a possibilidade de expressão emocional, para assegurar o momento de despedida e de homenagem à pessoa perdida e para a possibilidade de se receber suporte social e emocional.

As restrições provocadas pelos cuidados sanitários, exigidas no decorrer da pandemia, condicionaram significativamente as funções fúnebres. Igualmente, as valas comuns que as imagens televisivas da guerra nos trazem hoje, onde muitos dos mortos ficam por identificar, são testemunho das dificuldades no cumprimento dos rituais fúnebres, introduzindo a sensação de descrença acerca da morte, bem retratada na nossa história, através da lenda de D. Sebastião.

Os rituais fúnebres são assim um meio/um fórum necessário, que os indivíduos têm para evocar as suas relações com a morte e reverem as suas próprias vidas. Os funerais são, como alguém disse, para os vivos (Kaplan & Sadock, 1986).

III - A morte e luto do irmão

A morte de um irmão/irmã é normalmente inesperada e vai contra o ciclo de vida; trata-se de um acontecimento muito impactante na vida de uma família.

É uma situação anormal para os pais e para os irmãos sobreviventes. Anormal para os pais, na medida em que o curso da vida prevê que estes morram antes dos seus filhos. É também anormal para o irmão/irmã(s) sobrevivente(s), já que à partida a relação fraterna seria a mais duradoira do ciclo vital.

As reações iniciais mais comuns são de choque, medo e solidão, sensação de confusão, depressão e raiva. Para o casal, a perda de um filho tem habitualmente impacto no seu relacionamento. Podemos assistir a um fenómeno de ampliação do luto, em que uma perda gera inúmeras outras perdas; por exemplo: após a perda de um filho, pode existir uma perda da coesão conjugal, que em limite resulte, num divórcio.

Por outro lado, o investimento parental e mais especificamente o investimento materno no filho/filha morto(a), vai refletir-se se nos outros filhos.

De acordo com Kaës (2011) o filho(a) morto(a) é o depositário da onipotência ferida da mãe. O seu desaparecimento é inconsolável para a mãe, sendo impossível, para os outros, rivalizar com este filho/filha imaginário(a); é preciso idealizar o morto, tornar-se um outro herói, tornar-se em si mesmo o filho/filha morto(a) idealizado(a), heroico(a) (Kaes, 2011).

As condições de elaboração da morte de um irmão/irmã, estão estreitamente dependentes do modo como os pais tratam o luto desse filho ou filha.

Alguns pais ficam completamente absorvidos no sofrimento da perda, deixando de ter disponibilidade emocional para os filhos. Outros, pelo contrário, podem tornar-se mais próximos e híper-protetores, com o receio de sofrer uma nova perda.

No essencial, surge na ocasião da morte de um irmão ou de uma irmã a questão dos lugares que os sobreviventes se imaginam ocupar no desejo dos pais e a natureza das identificações com o outro(a): parecido consigo, mas não eu (Kaes, 2011).

Como fica a “foto de família” de que nos fala Toubiana (2002), onde cada um tem o seu “lugar” e onde todos sabem dos lugares uns dos outros?

O desafio do luto será sobretudo manter a memória do irmão/irmã, sem perder a sua identidade e o seu lugar na fratria. Este reajustamento parece-nos muito importante já que mesmo morto, o irmão/irmã não deixa de ocupar o lugar que sempre teve na “foto de família”.

Convém ter em linha de conta algumas singularidades do luto na fratria; por exemplo, quando se trata de um falecimento por doença hereditária ou morte de um irmão/irmã deficiente; as circunstâncias em que ocorre a morte: mortes “previstas” ou mortes bruscas/súbitas por acidentes; bem como o género entre irmãos (masculino/feminino), a idade...

Os efeitos da morte de um irmão/irmã, são determinados pelo nível de organização psíquica do irmão/irmã sobrevivente e, particularmente, pelas capacidades defensivas que adquiriu no momento do falecimento.

IV - Abordagem grupalítica do luto

Como já o dissemos em trabalhos anteriores, o grupo de grupanálise apresenta-se como um *setting* privilegiado de abordagem ao complexo fraterno, onde se insere esta problemática do luto do irmão. Como sabemos, o complexo fraterno está englobado em dois subsistemas: um ligado à relação pais/filhos; o outro à relação fraterna. O primeiro é um sistema assimétrico; o segundo, é um sistema simétrico, em paridade. Um promove uma identificação às figuras parentais; o outro, uma comunhão identitária, uma identificação por similaridade ao irmão.

Como podemos constatar o luto do irmão processa-se com base nestes dois subsistemas. No impacto da morte do filho sobre os pais e consequente investimento ou desinvestimento nos outros filhos. E no impacto da morte do irmão sobre os outros irmãos, nomeadamente as suas consequências identitárias.

O grupo de grupanálise, ao encenar simultaneamente estes dois subsistemas, permite, por um lado, analisar a problemática edipiana incondicionalmente presente no luto do irmão e, por outro, analisar as questões que se colocam à relação fraterna (nomeadamente as de amor/ódio e as de identificação ao semelhante).

A fragilidade identitária do irmão enlutado, pode assim ser trabalhada num espaço empático, contentor, no qual, como diz Cyrulnik (2003) é necessário pensar a violência da morte, para lhe dar sentido.

O grupo de grupanálise oferece-se como um espaço terapêutico de suporte e simultaneamente de indagação, um espaço onde o silêncio e o relato traumático podem ser partilhados e compreendidos, agora num outro tempo, com outras perguntas/respostas, com outros relatos, tendo por base uma rede de vínculos empáticos de solidariedade, promovidos em autenticidade pelo padrão grupanalítico.

V - Notas Finais

“No fundo”, como nos diz Freud (1915), “ninguém acredita na sua própria morte”. A morte é sempre prematura e como poderia ter dito Vinícius de Moraes, a vida é eterna enquanto dura.

É na morte do outro, que nós tomamos consciência da inevitabilidade da nossa própria morte e é no luto que todo este processo se desenrola.

Freud (1917) caracterizou o luto como “uma tristeza profundamente dolorosa... (em) reação à perda de uma pessoa amada...” (cit.in Kaplan & Sadock, 1986, p.339), sendo o “trabalho do luto” em síntese, um processo normal de retirada gradual da libido investida no objeto perdido, para uma nova orientação dessa libido em direção a outrem (Kaplan & Sadock, 1986).

Mas será que essa retirada, esse desinvestimento e reinvestimento num outro objeto, se consegue sem perdas? Será que as novas relações tranquilizarão a saudade de um irmão/irmã? Será que não ficamos mais pobres no nosso património emocional e afetivo? E por fim, a depressão; será que esta fiel companheira do luto diluir-se-á no tempo?

Deixo-vos com este outro poema:

Às vezes

Às vezes sinto-me cansado de viver
Outras vezes apetece-me só adormecer
E esquecer num manto macio e branco
As lutas que tenho que empreender.

Às vezes experimento um suave desejo
Um pestanejo
A um ritmo de não acontecer.

É um querer, com muito pouco querer
Que sorrateiro me enlaça,
Sem que nada tenha que fazer.

É uma sonolência
Sem turbulência
Que se junta a mim ao entardecer.

Às vezes sinto-me descansado, mas incomodado,
Se num dia assim eu morrer.

Sentimento indefinido e distante
Morno por um instante
Aborrecimento sem se ver.

9/01/02

Referências Bibliográficas

Alves-Costa, F., Antunes, C., Ferreira, C., Giachritsis, C. H., Halligan, S. (2021). Intervenção Psicológica no Luto por Homicídio: Da Teoria à Prática Clínica, In: Gabriel, S.; Paulino, M.; Baptista, T. M. *“Luto – Manual de Intervenção Psicológica”*, Edição Pactor, Edições de Ciências Sociais, Forenses e de Educação, pp:83-96, Lisboa.

Byung-Chul Han (2014). *A Agonia de Eros*, Relógio D'Água Editores.

Byung-Chul Han (2021). *Rostos da Morte – Investigações Filosóficas sobre a Morte*, Relógio D'Água Editores.

Bonanno, G.A., Papa, A., & O'Neill, K. (2001). Loss and human resilience. *Applied and Preventive Psychology*, 10 (3), pp:193-206.

Bowlby, J. (1980). *Attachment and Loss*. Vol. 3 Loss. London: Hogarth Press.

Cyrułnik, B. (2003). *Resiliência – Essa inaudita capacidade de construção humana*. Edição Instituto Piaget: Horizontes Pedagógicos.

Di – Dicionário Online de Português (2022) - Luto <https://www.dicio.com.br>.

Dias, C. A. (2000). *Freud Para Além de Freud*, Edição Fim de Século.

Gabriel, S.; Paulino, M.; Baptista, T. M. “*Luto – Manual de Intervenção Psicológica*”, Edição Pactor, Edições de Ciências Sociais, Forenses e de Educação, Lisboa.

Kaës, R. (2011). *O Complexo Fraternal*. Editora Ideias & Letras, Aparecida-São Paulo: Brasil.

Kaplan, H.I. & Sadock, J. B. (1986). *Compêndio de Psiquiatria Dinâmica*, Editora Artes Médicas, Porto Alegre: Brasil.

Laplanche, J. (1985). *Vida e Morte em Psicanálise*, Editora Artes Médicas, Porto Alegre: Brasil.

Pereira, M. (2021) Luto inesperado: Intervenção Psicológica em Crise no Luto devido a Acidentes. In: Gabriel, S.; Paulino, M.; Baptista, T. M., *Luto – Manual de Intervenção Psicológica*, Edição Pactor – Edições de Ciências Sociais, Forenses e de Educação, pp: 101-112, Lisboa.

Salgado, F. (2001-2002) Poesia não Editada.

Silva, P.N. (2012). *Citações e Pensamentos de Sigmund Freud*, Editor Casa das Letras, Alfragide.

Toubiana, E. (2002) A herança: Um negócio não tão bom como se pensa. In: Danziger, C. *Violência das Famílias – Mal de Amor* (Ed.) Climepsi Editores (1ª Edição), pp:147-154, Lisboa: Portugal.

Uma hipótese explicativa sobre o funcionamento dos grupos: Possíveis contribuições da neuropsicanálise e das neurociências afetivas

Mário David

Resumo

Enquanto grupanalistas e psicoterapeutas analíticos de grupo, nós procuramos compreender como os grupos terapêuticos e/ou não-terapêuticos vão gerar, criar e expressar-se através de diferentes níveis de comunicação e de relação interpessoal assim como, a nível transpessoal (campo grupal), os quais são profundamente influenciados e interdependentes das diferentes matrizes pessoais e do grupo.

O grupo não passa de uma caixa de ressonância e de amplificação das interações entre mentes individuais suportadas pelas intuições, deduções e aferições que cada um dos membros do grupo vai expondo nas comunicações verbais e não verbais articuladas com as capacidades individuais de sentir, empatizar, interagir e por fim, em compreender e reconhecer.

O autor irá partilhar convosco algumas das suas reflexões sobre as contribuições e atualizações neurocientíficas e neuro-psicanalíticas no respeitante à atual compreensão sobre o funcionamento da mente humana, contribuindo para uma melhor compreensão de como os processos grupais impactam as mentes individuais e os estilos de interação dos membros do grupo, apoiando-se em propostas e contribuições de vários autores da Neuro-Psicanálise e da Grupanalise.

Palavras-Chave: Atividade Mental Individual, Campo Grupal, Grupanalise, Níveis de Comunicação, Níveis de Experienciação, Neuro-Psicanálise, Processos de Grupo.

³ Médico psiquiatra, Grupanalista, Membro Titular da Sociedade Portuguesa de Grupanalise e Psicoterapia Analítica de Grupo (SPGPAG). Membro Efetivo da Group Analytic Society International (GASI). Membro Efetivo da Sociedade Internacional para a Neuro-Psicanálise (N-PSA). Ex-Assistente Graduado do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa. mjmmdavid@gmail.com

Abstract

As group analysts or group analytical psychotherapists, we seek to understand how therapeutic and non-therapeutic groups will generate, create, and express themselves through different levels of communication and interpersonal relationships as well as at the transpersonal level (group field), which are deeply influenced and interdependent on the various personal and group matrices. The author will share with you some of his reflections on the neuroscientific and neuro-psychoanalytic contributions and updates regarding the current understanding of the functioning of the Human Mind, as a contribution to a better understanding of how group processes impact Individual Minds and the interaction styles of group members, based on proposals and contributions of several authors of Neuro-Psychoanalysis and Group Analysis, knowing that the group which is nothing more than a sounding board and amplification of the interactions between individual minds and the latter supported by the intuitions, deductions, and measurements that each of the members presents is making based on verbal and non-verbal communications articulated with the individual capacities to feel, empathize, interact and finally, to understand and recognize.

Keywords: Communication Levels, Experiential Levels, Group Analysis, Group Field, Group Processes, Individual Mental Activity, Neuro-Psychoanalysis

Introdução

Enquanto grupanalistas ou psicoterapeutas analíticos de grupo, nós tentamos entender, isto é, compreender e conceber o que se passa nos grupos, em termos de processos de comunicação e de relação. Estes vão-se expressando desde o nível intrapessoal, passando pelo nível interpessoal e até ao nível transpessoal, independentemente da dimensão do grupo (pequeno, médio ou grande) ou do seu propósito (experiential, terapêutico ou social). Os processos de grupo são profundamente influenciados e interdependentes do aparecimento das diferentes matrizes pessoais e da matriz de grupo criada ao longo desse mesmo processo grupal, seja ele de índole terapêutica ou não (Cortesão, E. L., 1989[2009]); Leal, M.R.M., 1968;1994).

Os processos que ocorrem dentro dos grupos são forças dinâmicas e transitórias que se jogam e se organizam a diferentes níveis. Partindo da subjetividade individual, constroem-se relações afetivas interativas baseadas nos mais complexos e variados modos de comunicação verbal e não verbal que vão sendo reconhecidos, compreendidos e interpretados por cada um dos outros membros do grupo, incluindo o(s) condutor(és), ou mesmo pelo próprio grupo como um todo.

Aliás, de acordo com a visão derivada do pensamento foulkesiano, os grupanalistas concebem a existência de duas dimensões fundamentais no funcionamento dos grupos conforme escreveu Cortesão: "*a rede de comunicação e as relações inter e transpessoais*" (Foulkes, S. H., 1957 [2014]) aonde os indivíduos representam apenas os pontos nodais em tais estruturas, com um propósito final, de construir uma "*matriz grupal*" que representa tudo o que gravita em torno dele, como "*um terreno comum, e em última análise, determina o significado de todos os eventos, e todas as comunicações e interpretações, verbais e não verbais, que estão integradas.*" (Foulkes, S. H., 1967, pp.31-34 In: Cortesão, E. L. 1989 [2009], pp.93-94). Dentro desta "*matriz grupal*" ocorrem processos de transferência, o espelhamento, a ressonância emocional, os momentos empáticos e de encontro, e ocorre também a interação entre as "*matrizes interpessoais internas*" de cada membro (Leal, M.R.M. 1968;1994).

Quanto aos níveis de experiência psíquica e aos efeitos individuais nos participantes dos grupos terapêuticos, S.H. Foulkes (1948[1990];1957[2014]; 1964[1964]; 1967), W.R. Bion (1948[1961]; 1962[1967]; 1967[1984]) ou E. Pichon-Rivière (1971a; 1971b; 1979), todos eles consideraram que as pessoas envolvidas em análises psicológicas profundas experimentavam dois níveis principais de experiência psíquica: A) Um nível consciente relativo às experiências quotidianas e B) Um outro nível subjacente e bastante diferente, um nível inconsciente, regido por pulsões, emoções e sentimentos e mais forças emocionais com qualidades afetivas. Ambos os níveis são enquadrados pelas relações entre os membros do grupo, incluindo o psicoterapeuta analista de grupo e através de todas as interações que ocorrem dentro do próprio Grupo.

Para quem já teve experiências como participante em diversos tipos de grupo terapêutico (pequeno, médio ou grande grupo), ter-se-á apercebido da existência dos diversos níveis de comunicação e de interação interpessoal e/ou transpessoal entre os membros presentes. Ao participarem numa situação de grupo, as pessoas começam

desde logo a comunicar através de troca de olhares com maior ou menor interesse e pontuados por momentos de silêncio. Passado algum tempo, elas iniciam verbalizações mais ou menos espontâneas que geram toda a espécie de interações através de diferentes canais (posturas corporais, olhares, falas mais ou menos isoladas ou ainda através de outras percepções sensoriais), revelando diferentes estilos de conexão afetivo/emocional. Estas interações derivam “de ressonâncias em termos de sensações (físicas), emocionais, de sentimentos e de significados resultantes da experiência de uma determinada constelação familiar trazida desde a infância pelo indivíduo em que algumas delas não são mais do que experiências emocionais arcaicas”, e que *“Repetem-se, então, num “aqui e agora”, as chamadas carências “relacionais” que dizem respeito a figuras primárias de amor e de ódio, que permanecem embutidas em estádios pré-verbais de experiência”* (Leal, MRM, 1994; pp:77). As posturas relacionais e os estilos de relação irão sendo repetidos ao longo da dinâmica do processo grupal pois elas derivam de circunstâncias sociofamiliares, do tipo de educação ética/moral e escolar, assim como, dos anteriores grupos a que pertencem ou pertenceram (a família nuclear e alargada, os colegas de escola e os grupos juvenis, desportivos, etc.).

Ao longo do processo de grupo terapêutico ocorrem tomadas de consciência entre os membros do grupo sobre as suas resistências e outras dificuldades psicológicas (medos inconscientes, atavismos, etc.) relativas ao funcionamento mental sobre as questões pessoais que lhes são problemáticas e, em simultâneo, eles vão tomando conhecimento dos significados dessas questões pessoais, já sob a influência das interações que vão ocorrendo entre si e os restantes membros do grupo.

Os grupos psicoterapêuticos de inspiração grupanalítica pretendem funcionar sem aparentes objetivos precisos ou definidos. Através de diálogos em associação livre e flutuante, dão primazia à análise pessoal das histórias e dos traumas de cada membro do grupo. É, assim, promovido o desenvolvimento das competências de relação intrapessoal e interpessoal através da comunicação e da interação, impulsionados pelas dimensões sociais das mentes dos membros presentes. Estas últimas são traduzidas através dos naturais desejos em vincular e em partilhar as suas emoções e sentimentos, enquanto cada um se confronta com esta nova situação que é a de estarem em grupo com pessoas não-familiares ou previamente conhecidas.

Os participantes irão comunicar e partilhar ora preconcepções, concepções e percepções, condicionadas pelas suas matrizes pessoais, familiares e sociais, ora tudo aquilo que se vão apercebendo em redor da situação de estar em grupo e em função das suas disposições afetivas, dos estados emocionais e ainda em função de desejos latentes e/ou recorrentes de cada um.

Entretanto os grupanalistas/psicoterapeutas de grupo têm de apreender, intuir e compreender os imensos motivos e fatores que estão em jogo na mente de cada membro do grupo, seja através das comunicações dos conteúdos explícitos ou conscientes, seja através de canais de comunicação implícitos (fora do campo da consciência psicológica), que são predominantemente espontâneos e menos discriminativos do que as comunicações explícitas ou conscientes. Toda esta compreensão do grupanalista também é complementada por tudo aquilo que os psicoterapeutas de grupo estejam a experienciar e a entender, pois eles estão envolvidos nesses mesmos processos de grupo.

Por outro lado, nós vamos encontrar nos processos de grupo, forças transitórias e dinâmicas, as quais se desenrolam a diferentes níveis, construídas através de sequências de interação interpessoal que resultam das mais variadas e complexas formas de comunicação afetiva/emocional (ressonância, sintonização, espelhamento, momentos transferenciais, momentos de encontro, etc.). Estas formas de comunicação são reconhecidas, interpretadas e entendidas, ora pelos membros do grupo, ora pelo grupanalista ou ainda pelo próprio grupo, no seu conjunto.

Na tradição Sul-Americana da psicoterapia de grupo, o grupanalista e o grupo são englobados e integrados dentro do conceito de "*campo grupal*" (Pichon-Rivière, 1979; Tubert-Oklander, J. & Hernández-Tubert, R. (2022; Tubert-Oklander, J. 2024) sendo uma estrutura composta também forças psicodinâmicas de natureza afetiva nutridas pela presença permanente, de modo manifesto ou disfarçado, das forças instintivas de natureza diversa (libidinal/sexual, agressiva ou narcísica), as quais estão na base de todos os processos de grupo e da sua própria criação. David Zimerman (2000) descreveu-as como "*forças de natureza afetiva e com uma dinâmica comunicacional alimentada pela presença permanente, manifesta, disfarçada ou oculta das pulsões – libidinais, agressivas e narcísicas – que se manifestam sob a forma de necessidades, desejos, exigências, inveja e seus derivados, ideais, etc.*" (Zimerman, D., 2000; pp. 85)

e “em todo o grupo, duas forças contraditórias coexistem permanentemente em jogo: uma tendente à coesão do grupo e outra à desintegração do grupo. A coesão grupal é diretamente proporcional aos sentimentos de “pertença” de cada membro... e, por outro lado, a coesão grupal depende também da sua capacidade de perder indivíduos e absorver muitos outros, bem como, da sua continuidade” (Zimerman, D., 2000; pp. 83-84).

Enfim, a abordagem analítica do funcionamento dos grupos apoia-se, fundamentalmente, na análise e compreensão das dimensões psicológicas do funcionamento mental que suportam as comunicações verbais ou não-verbais e em particular as de natureza afetiva e emocional cujos significados nem sempre são diretamente acessíveis aos membros presentes e mesmo ao seu condutor.

O que é o Cérebro de acordo com a Visão Neurocientífica?

Atualmente quem estuda diretamente o cérebro humano concebe-o, antes de tudo, como um órgão destinado a realizar toda a espécie de processamentos de informação, seja esta proveniente do “meio exterior ou envolvente” ou originada no “corpo ou meio interno”. As funcionalidades do cérebro estão estruturadas para responderem a todos os desafios que ele vai tomando conhecimento, em particular, no que diz respeito à sua sobrevivência e em relação ao corpo a que está acoplado. O cérebro vai elaborando constantemente previsões e estimativas e avaliando níveis de incerteza e de erro as quais podem surgir quando o cérebro tenta articular as informações que vai recebendo através dos diferentes sentidos (visão, audição, tato, etc.) mais aquelas que são geradas a partir de mapas interoceptivos ou propriocetivos (meio interno), assim como, as informações guardadas e organizadas nos diferentes tipos de memórias sobre as experiências passadas. Estas memórias (informações guardadas previamente) são aquelas que vão ajudar a realizar as melhores aferições e correções necessárias com a finalidade de apurar as melhores escolhas sobre o que fazer. O cérebro processa as informações que são percebidas, que são da memória de trabalho, da memória de curto-prazo ou da memória de longo prazo através de procedimentos, uns acessíveis à consciência (processos mentais processuais) e outros, não acessíveis à consciência (processos mentais procedurais). Aliás, a maioria dos processos mentais funciona a níveis não-conscientes, pois trata-se de procedimentos automáticos, livres da

intervenção da vontade, em particular, aqueles que estão envolvidos na autorregulação dos instintos e das emoções básicas, sendo estas respostas pré-programadas e que vão apoiar e orientar todas as nossas decisões e ações.

O cérebro procura acima de tudo uma Alostase dos seus processos mentais. Isto é, estados de homeostase energética, obtidos através de uma cada vez maior automatização dos seus processos mentais, em particular, aqueles que são portadores de soluções positivas para a sua sobrevivência e para o sucesso reprodutivo. O cérebro tenta obter as respostas mais eficientes e adequadas dirigidas às necessidades do “corpo” pois este depende profundamente das suas decisões e ações. O cérebro apresenta uma particularidade única, a de ser portador de duas naturezas diferentes: uma física e uma outra mental, que se correlacionam e se transformam entre si, sempre que necessário. Além disso, ele incorpora certas capacidades, tais como "sentir" sentimentos, elaborar pensamentos e antecipar, imaginar ou "sonhar" diferentes tipos de soluções, sendo todos eles métodos de apoio à resolução dos problemas decorrentes de um qualquer tipo de conflito suscitado pela influência do "meio envolvente", e ainda a capacidade de ser modificado em resultado de interações com os outros cérebros/mentes.

Quanto ao processamento da informação no cérebro humano, ela realiza-se em três distintos níveis: 1) Um nível de processamento primário de natureza afetiva derivado da atividade cerebral subcortical, o qual é revelado através da emergência das pulsões (afetos homeostáticos), dos instintos (afetos emocionais) e dos reflexos (afetos sensoriais); 2) Um nível de um processamento secundário do tipo aprendizagem, baseado em rotinas comportamentais ou nas respostas emocionais básicas que são reguladas por circuitos límbicos e modificáveis através dos diferentes tipos de condicionamento (clássico, operante ou instrumental); 3) Um nível de processos terciários das funções da autoconsciência cognitiva, que são processados principalmente nas áreas corticais, através de funções cognitivas executivas (pelos pensamentos e pelas capacidades de planeamento), através das regulações emocionais e das ruminações elaboradas nas áreas cerebrais pré-frontais medianas, assim como, pelas intenções de ação enquanto manifestações das memórias de trabalho ou das memórias de curto-prazo (Solms, M., 2015; 2021; Panksepp, J. & Biven, L., 2012).

Todos estes três níveis de processamento da informação são influenciados direta e indiretamente, uns pelos outros, de forma circular e retroativa, com base em informações provenientes do ambiente envolvente (o Mundo), através de diferentes canais sensoriais ou através do ambiente interno (o Corpo) onde vão sendo registados nos diferentes tipos de mapas ou imagens (interoceptivas, exteroceptivas e proprioceptivas) (Damásio A., 1995; 2000; 2003). Estas informações possuem entre si certos atributos de agência e de valência de natureza afetiva, que podem ser sentidos como qualidades prazerosas (positivas) ou desagradáveis ou mesmo dolorosas (negativas), os quais nos informam sobre a sua importância ou pertinência relacionada com qualquer pensamento ou decisão a desenvolver (Solms M., 2015, 2021; Panksepp J. & Biven L., 2012).

Uma Perspetiva Neuropsicanalítica sobre o Funcionamento da Mente

Para o neuropsicanalista Mark Solms, a Mente é *“the “Being” of the Brain”*, (Solms, M. 1997, 2013; 2021) pois ela representa os diferentes aspectos e fenómenos da subjetividade. Isto é, a cada mente corresponde um cérebro que é único e diferente de todos os outros e no qual se encerra uma versão de uma mundivisão particular e única: *“a Visão sobre a nossa História Pessoal, Familiar e Social”*.

A mente é composta por uma diversidade de produtos mentais: os estados afetivos, as emoções, os pensamentos, as intenções para a ação e as diferentes memórias implícitas e procedurais (de curto-prazo e de longo-prazo). A mente possui uma qualidade fundamental que é uma autoconsciência experienciada através de dois níveis fundamentais de consciência: uma autoconsciência de qualidade afetiva e uma autoconsciência reflexiva ou alargada. Esta última está na base das cognições e metacognições e com a qual nós podemos estar conscientes das nossas fantasias e pensamentos como sendo algo que poderá estar dentro ou fora do nosso Eu.

Assim em função destes dois níveis fundamentais de consciência, os neuropsicanalistas propõem que os processos de comunicação intrapsíquicos se desenvolvem a três níveis: A) Um nível inconsciente de comunicação de cariz automático, pulsional e afetivo, através de módulos de comunicação não-verbal que utiliza principalmente signos icônicos e imagens derivadas de perceções sensoriais dos

objetos, o qual corresponde ao funcionamento de várias estruturas e sistemas que estão na base das pulsões (afetos homeostáticos), dos instintos (afetos emocionais) ou dos reflexos (afetos sensoriais), sendo eles, esquemas ou programas já automatizados ou em processo de automatização ou ainda sujeitos a medidas corretivas (reformulação); B) Um outro nível de comunicação de nível pré-consciente de natureza essencialmente emocional, baseado na atividade perceptiva das funções sensoriais da visão, da audição, do tato e das sensações interoceptivas corporais; e C) Um outro nível de comunicação baseado em estados de consciência alargada e autorreflexiva suportado por capacidades cognitivas (memória, atenção, concentração, introspeção, reflexão,) e afetivas (ressonância, empatia, simpatia, etc.) através de modos de comunicação predominantemente verbais. Estes dois últimos são suportados por sinais verbais ou por conceitos simbólicos ou por abstrações, correspondendo a níveis pré-conscientes/conscientes do funcionamento mental, consistindo essencialmente no funcionamento das memórias de trabalho e de tipo declarativo (verbalizável) e ainda das áreas executivas do cérebro (Solms, M., 2013, 2015).

Segundo o modelo neuropsicanalítico, o ato de pensar advém do chamado “trabalho do Ego” sempre que ocorre uma qualquer reformulação (correção) ou uma redução do sistema defensivo (barreira defensiva) sobre as informações que vão emergindo a partir do nível inconsciente funcional ou dinâmico. De acordo com as propostas do neuropsicólogo e neuropsicanalista Mark Solms (2013, 2015) o “trabalho do Ego” desenvolve-se a dois níveis: um nível inconsciente funcional ou dinâmico o qual tenta dar resposta às imposições e às exigências da vida instintiva, assim como, aos sinais e significados derivados dos afetos e das sensações corporais, e um nível consciente que se vai desenrolando de forma mais ou menos automatizada. Assim, o Ego tenta fornecer respostas/soluções a essas exigências básicas seguindo alguns princípios, como a regulação dos níveis de prazer/desprazer com a finalidade de atingir e manter a homeostasia nesse mesmo “*Aparelho Mental*” ou “*Psyché*” (Solms, M., 2013, 2015).

Por outro lado, os pensamentos emergem de uma matriz fundamental do “*Aparelho Mental*”, a partir de: A) Matrizes indiferenciadas de registos e reminiscências de objetos desligados e separados entre si; B) Matrizes de estados fusionais entre porções do Ego e as inúmeras representações providas do Mundo Exterior, estas últimas, num estado potencial passível de gerar poderosos vínculos entre si, as quais se irão ligar e

constituir-se internamente como objetos dos pensamentos através de processos de identificação, de introjeção ou de projeções de diversos tipos, muitas delas através de experiências desagradáveis, o que terá levado Melanie Klein (1958[1991]) a considerar que estas relações originais seriam maioritariamente de natureza de tipo paranoide.

Assim, os pensamentos derivam de toda a espécie de representações, percepções ou tendências à ação, sendo condicionados pela atividade dos mecanismos de defesa e em simultâneo por outros processos mentais revelados, nomeadamente através da atividade dos sonhos (onírica), de toda a espécie de fantasias ou ainda através de formas de sentir de origem primária e não acessível à consciência reflexiva. Dentro do espaço mental, os precursores e os substratos dos pensamentos, as representações, percepções ou tendências à ação estão conectados às atividades inconscientes da mente com a finalidade de elaborar as predições e estimativas suportadas pelas necessidades instintivas e respetivas respostas afetivas e emocionais que o cérebro/mente vai elaborar a fim de responder às suas necessidades de autorregulação e de homeostasia entre os estímulos internos (o corpo) e externos (o meio envolvente). Estas necessidades de regulação homeostática não se confinam à conexão corporeamente, mas também respondem aos impulsos de vinculação e de ligação social que consideramos poderem estar representados pela instância psíquica proposta por Tom Ormay (2012) sob a designação de “NOS” a qual se irá revelar através das dinâmicas interpessoais e transpessoais dos fenómenos da comunicação e de interação entre todos os membros de um grupo.

Por fim, em termos de organização da atividade mental, esta funciona de acordo com dois princípios gerais: 1) O “*Princípio da Realidade*” (Freud, S., 1895[1950]) que determina o que deve ou não ter acesso à consciência reflexiva ou alargada; e 2) O “*Princípio do Prazer-Desprazer*” ou “*Princípio da Homeostase*” (Damásio, A., 2010; Solms, M., 2015; 2020) que regula o gasto de energia e os processos de automação da informação.

Para que serve a Atividade Mental? O que é Pensar?

A atividade mental surge como um sistema de regulação intrínseca ao funcionamento cerebral em que a informação provinda, ora do meio envolvente, ora do meio interno,

vai ser complementada por informação prévia sobre situações passadas e respostas testadas que estão guardadas nas variadas memórias de curto-prazo e de longo-prazo e ainda nos registos afetivos das representações das experiências anteriores. Estes registos afetivos expressam-se através de emoções (comportamentos) ou de sentimentos (auto percepções) e estão na base da emergência das nossas intenções e decisões. Estes registos afetivos irão auxiliar-nos no sentido de aumentar o nível de adequação e de eficácia em qualquer tipo de resposta dada através das ações ou movimentos motores ou através das verbalizações.

A atividade mental pretende resolver todo o tipo de incongruências, contradições, incertezas e erros que vão sendo gerados em cada momento na nossa mente. Esta necessita de avaliar e reavaliar sucessivamente tudo o que seja necessário para melhorar a elaboração de uma decisão ótima perante as diferentes opções que vão surgindo a partir das enormes quantidades de informação que se encontram organizadas nos diferentes tipos de mapas mentais. Estes mapas contêm dados provindos do meio exterior (mapas exteroceptivos) ou do próprio cérebro (mapas interoceptivos) e do próprio “corpo” (mapas propioceptivos) (Damásio A., 1995; 2000; 2003). Os dados são baseados em informação fornecida pelos vários sistemas sensoriais e pelas memórias não-declarativas de longo prazo. Nestas estão guardadas e organizadas as informações sobre os factos e eventos anteriores, assim como, sobre alguns dos procedimentos automatizados e programas de comportamentos pré-estabelecidos, tais como, as pulsões, os instintos, os reflexos, e outros mais, os comportamentos condicionados (e incondicionados) relativos às aprendizagens precoces automáticas, envolvidas no chamado registo precoce (*“imprinting”*) do desenvolvimento mental.

A atividade mental continua ativa enquanto existir a necessidade de serem elaboradas novas correções adicionais através de níveis cada vez mais elevados de avaliação, de planeamento e de decisão, apoiados pelos diferentes níveis da consciência autorreflexiva com a finalidade de se proceder à reavaliação e otimização das melhores respostas e soluções perante qualquer das questões levantadas. Pensar é realizar novos cálculos, estimativas e previsões com o objetivo de se resolver qualquer incongruência, reduzir níveis de incerteza ou colocar possíveis erros a níveis mínimos.

Acontece que a maior parte do nosso funcionamento mental não é acessível aos níveis conscientes do funcionamento da mente, pois os processos neuronais são extremamente rápidos e funcionam em modos processuais automatizados emergindo a partir de áreas cerebrais inferiores. Nós acedemos somente por vias indiretas, a esta informação gerada pelos níveis não conscientes, isto é, através de informação muito simples relacionada com as qualidades de tipo afetivo (positivas ou negativas) dos pensamentos, essencialmente traduzidas em termos de sensações de prazer ou de desprazer.

Outra Dimensão Básica do Cérebro, o Cérebro Social.

O nosso cérebro/mente tem uma outra dimensão, a de ser um cérebro eminentemente social, a qual é refletida pela existência de uma eventual neurobiologia interpessoal na qual ocorrem correlações significativas entre as experiências interpessoais e o desenvolvimento neurobiológico do cérebro.

Ao longo do desenvolvimento/maturação do cérebro produzem-se enormes mudanças no modo do seu funcionamento, desde o nascimento do bebé até à idade adulta e mesmo posteriormente até ao final da nossa vida. O cérebro é capaz de realizar mudanças em qualquer fase do seu desenvolvimento, em particular, nos chamados “*períodos ou janelas críticas*” e através da sua constante qualidade neuroplástica em relação às ligações e terminações nervosas, em que as interações sociais são uma das fontes primárias de regulação, crescimento e equilíbrio entre o cérebro e a sua mente. (Cozolino, 2006; 2010).

Atualmente é cada vez maior o interesse sobre o estudo daquilo que se designa de sentimentos sociais, no contexto de cinco subcategorias: a afiliação, a vinculação pais-filhos, os sentimentos morais, os estressores interpessoais e a comunicação emocional. Todas elas influenciam significativamente os modos como nós comunicamos e o que comunicamos, sendo aquelas subcategorias os fatores mais importantes para o nosso equilíbrio psíquico e da saúde mental. Elas são suportadas pela ativação do fenómeno da empatia em situações com significado emocional e ativando de um modo complementar a intuição, uma mistura de ressonância e de sintonização emocionais, juntamente com algo que nós designamos de simpatia (Eslinger e col., 2021).

Então o que nos acontece quando nós estamos em situação de Grupo Terapêutico?

Quando as Pessoas se encontram numa situação de grupo terapêutico, elas trazem para a situação grupal, as suas "*matrizes interpessoais internas*" (Leal, M.R.M., 1968, 1994) e vão criar entre si, uma "matriz de grupo" (Foulkes, S. H., 1948[1990]). Isto é, vão tomar conhecimento sobre as suas experiências subjetivas e individuais alternadas com as experiências mais globais e totais que vão ocorrer dentro do grupo e, por vezes, fora do mesmo, expressando-se através de interações instintivas e afetivas, que estão organizadas em estilos de relacionamento.

Para além disto, quando nós estamos dentro de um grupo, nós encontramos-nos numa luta permanente entre os nossos interesses individuais e egoístas e os nossos impulsos sociais, os quais estão para além dos instintos de auto perseverança e de autorregulação, também designados classicamente de "*Intenção de Vida*" ou "*Princípio da Vida*" e os instintos sociais, tais como o apego (ou vinculação) e a conexão social.

Estes últimos estão organizados sob dois princípios do comportamento social: O "*Princípio da Semelhança*" ou "*Princípio da Ajuda Mútua*", baseado no reconhecimento mútuo sobre um apelo natural para movimentos de solidariedade e de cooperação na forma de comportamentos recíprocos e empáticos entre si, e o "*Princípio da Divergência*", cujas forças são do tipo oposição as quais são subjacentes à busca e detecção de todo o tipo de diferenças, o que nos vai impulsionar para a competição, a conflitualidade e toda a espécie de combates entre todos nós (Solms, M., 2015).

Como Nós Comunicamos em Situação de Grupo?

Toda a comunicação emerge naturalmente entre os membros do grupo, a partir das suas motivações, desejos latentes ou intenções, com a finalidade de compartilharem entre si, os seus pressupostos, concepções e percepções derivadas das suas matrizes pessoais, familiares e sociais, bem como tudo aquilo que eles estejam a aperceber-se dentro dos processos de grupo. Podem-se reconhecer três tipos distintos de dinâmicas na comunicação: 1) As comunicações explícitas conscientes verbais e não-verbais baseadas em percepções e em representações internas de natureza variada e que vão sendo objeto de reformulação e de reestruturação ao longo dos processos de grupo. 2)

As comunicações implícitas, principalmente inconscientes, de natureza afetiva e instintiva, muito menos discriminadas e discriminativas do que as comunicações explícitas anteriores. As comunicações implícitas vão-se revelando através dos movimentos de transferência e de contratransferência e outras mais interações de índole emocional e afetiva (p.e., na ressonância emocional). 3) As comunicações interpessoais e transpessoais derivadas de impactos dos conteúdos compartilhados entre os participantes a propósito das representações internas organizadas a partir das suas matrizes pessoais, familiares e sociais. Estas comunicações variam de acordo com a percepção, a assimilação e a interpretação de cada um dos presentes, não sendo exclusivas de nenhum dos participantes, mas sim resultantes das forças em jogo no campo grupal.

Como os Grupanalistas entendem o Funcionamento Mental Individual enquadrado nas Dinâmicas de Grupo?

Seguindo as linhas de entendimento de como funcionam as pessoas quando estas estão integradas em situações de grupos terapêuticos, e de acordo com os autores fundamentais, tais como S.H. Foulkes ((1948[1990];1957[2014]; 1964[1964];1967), W.R. Bion (1948[1961]; 1962[1967]; 1967[1984]), E. Pichon-Rivière (1971a; 1971b; 1979), Eduardo Luís Cortesão (1989/2009) ou Earl Hopper (2003a;2003b), nós podemos afirmar atualmente sobre a existência de 5 níveis básicos no funcionamento mental individual enquadrados nas diversas dinâmicas de grupo:

1) **O Nível Atual**, no qual o grupo é vivido e representado internamente como uma amostra de uma comunidade, etc. e o condutor do grupo como um coordenador, um administrador, um líder ou mesmo uma autoridade.

2) **O Nível Transferencial**, o qual corresponde às experiências de relacionamento com os objetos mais maduros e significativos de cada um dos membros do grupo e do próprio grupo, como um todo. Por exemplo, neste nível relacionam-se as descrições sobre o grupo, enquanto representante da família, de um pai ou de uma mãe ou ainda os outros membros, como representantes dos Irmãos.

Estes dois níveis, **o Atual e o Transferencial**, referem-se ao funcionamento estrutural e dinâmico das relações entre os sistemas sociais e as relações objetivas maduras em

termos interpessoais entre o grupo e os seus membros e correspondendo a um nível edipiano do funcionamento mental de cada um dos participantes, segundo a visão relacional de Juan Tubert-Oklander (2014).

3) Segue-se o **Nível Projetivo de Imagens Mentais e Incorporadas** que corresponde a um nível funcional de relações de objeto "internas" de tipo narcisista e primitivo. Neste nível, os membros do grupo não só incorporam partes do seu Eu no grupo, mas também a totalidade do grupo, o qual vai representar partes do Eu individual de cada membro do grupo. Estas imagens incorporadas podem ser refletidas e representadas por cada um dos membros ou pelo próprio grupo através de certas fantasias, brincadeiras e atividades oníricas. Isto corresponderá a um nível narcísico de funcionamento da mente da cada um dos presentes.

4) A um nível mais abstrato surge, o **Nível das Interações Interpessoais e Transpessoais**, onde cada indivíduo relata e representa o seu papel dentro do jogo de grupo ou da rede de relacionamentos que vai manter todos os membros conectados e ligados entre si. Estas interações emergem de um espaço imaginário e virtual de possibilidades de interação, onde cada um representa seu papel ou posição que vai desempenhando relativamente às questões das lutas pela supremacia/submissão ou aceitação/rejeição as quais estão sempre presentes no funcionamento contínuo dos processos de grupo.

5) Finalmente, nós podemos apurar ainda um **Nível Primordial ou Simbólico** que diz respeito às imagens primordiais ou simbólicas que emergem de um inconsciente coletivo, segundo Carl Jung ou dos movimentos de agregação versus massificação estudados por Earl Hopper (Hopper, 2003a, 2003b) e que podem ser articulados com o quarto pressuposto básico dentro da descrição de Wilfred R. Bion (1948[1961]; 1962[1967]).

DISCUSSÃO

A abordagem analítica de um grupo envolve a investigação e a compreensão sobre quais as razões afetivas e emocionais que estão subjacentes aos inúmeros aspetos do pensamento e do comportamento os quais vão ser reveladas através das

comunicações entre os membros do grupo e pelas suas interações interpessoais, seja dentro e mesmo fora do cenário do grupo.

Em termos das comunicações dentro do grupo, elas emergem naturalmente a partir das motivações, dos desejos latentes ou das intenções de cada membro do grupo tendo como finalidade compartilhar entre si, os pressupostos, as concepções e as percepções que derivam das suas matrizes pessoais, familiares e sociais, bem como tudo aquilo que os participantes estejam a aperceber-se dentro dos processos de grupo.

Assim, nós podemos reconhecer, pelo menos, três dimensões distintas dentro das dinâmicas de comunicação:

- 1) As comunicações explícitas conscientes e verbais baseadas nas percepções e nas representações internas de natureza variada originadas a partir das matrizes pessoais, familiares e sociais de cada um dos presentes, sendo passíveis de reformulação e de reestruturação ao longo dos processos de grupo.
- 2) As comunicações implícitas, principalmente inconscientes, de natureza afetiva e instintiva, que se vão revelando através dos movimentos de transferência e de contratransferência e mais interações de índole emocional e afetiva (p.e., a ressonância emocional) dentro dos relacionamentos entre os membros do grupo e em particular e com o condutor do grupo (grupanalista).
- 3) As comunicações interpessoais e transpessoais derivadas de impactos dos conteúdos compartilhados entre os participantes, também relacionáveis com as representações internas organizadas a partir das matrizes pessoais, familiares e sociais.

Estas comunicações variam de acordo com a percepção, a assimilação e a interpretação que cada um dos presentes vai processar, não sendo exclusivas de nenhum dos participantes, mas sim resultantes das forças em jogo no campo grupal (Tubert-Oklander, J. & Hernández-Tubert, R., 2022; Tubert-Oklander, J. (2014).

Para o autor do artigo, as dinâmicas da comunicação estão ligadas a fenómenos psíquicos com origem nas áreas afetivas e pulsionais do cérebro de cada membro do grupo, em que cada um vai projetando num espaço imaginário e virtual dentro de si, as possibilidades de interação com os Outros envolvidos nesse processo contínuo de interação e de reflexão em grupo.

Entretanto o grupo, em si mesmo, comporta-se como um campo dinâmico para a expressão das forças psíquicas, cuja estrutura vai para além da soma de seus componentes, o qual vai sendo composto e desenvolvido através da interação dos múltiplos fenómenos e elementos do psiquismo de cada membro. Estes elementos do psiquismo individual podem ser, quanto à sua natureza, tanto de ordem intrasubjetiva, assim como, de ordem intersubjetiva e que estão articulados entre si através de “*matrizes relacionais internas*”, um conceito elaborado pela grupanalista Portuguesa, Maria Rita Mendes Leal (1968).

Acontece que a nossa mente elabora dentro de dois tipos de realidades subjetivas principais: A) Uma realidade subjetiva de origem interna com origens relacionadas com a emergência dos afetos, das emoções e dos sentimentos e respetivas experiências ao nível do Corpo e B) Um outro tipo de realidade subjetiva de origem externa relativa aos estímulos provindos do ambiente exterior com os seus múltiplos contextos e circunstâncias percebidos através dos cinco diferentes sentidos. Ambas realidades subjetivas vão ser captadas através da intuição, do contágio e da ressonância emocionais e através de outras mais interações subliminares. Entretanto os fenómenos psíquicos são processados simultaneamente e de modos alternativos através de três níveis de processamento dos pensamentos: a) o nível inconsciente funcional ou dinâmico; b) os níveis pré-conscientes e c) Os níveis auto conscientes, que vão sendo explicitados através de comunicações verbais ou não verbais ou por meio de sequências de interação afetiva e comportamental.

O processo da análise psicológica de cada indivíduo em situação de grupo desenrola-se a dois níveis de experiência psíquica: um nível relativo às vivências conscientes do dia-a-dia e a um outro nível bastante diferente, o nível inconsciente. Este último, governado por forças e energias emocionais com qualidades afetivas e enquadrado tanto pela relação com o psicoterapeuta de grupo/grupanalista, como pelas interações ocorridas no próprio grupo. Assim, cada um dos presentes vai tomar consciência das suas resistências e de outras dificuldades (receios conscientes e medos inconscientes) em relação às questões pessoais que lhe são mais problemáticas.

Em simultâneo, cada um dos presentes vai tomar consciência sobre o que significa estar sob influência das interações que vão ocorrer com os outros membros do grupo

o que irá influenciar, diretamente ou indiretamente, as suas possibilidades de se conhecerem melhor a si próprios.

Assim cada membro do grupo vai lidar com estas questões levantadas através das comunicações e interação interpessoais. As questões levantadas são regidas por processos cerebrais primários ou inconscientes e elaboradas por processos mentais secundários influenciados pelo que estão a sentir e tomando discernimento.

O cenário do grupo privilegia o que emerge das mentes individuais através do que é compartilhado em termos de preconceitos, de concepções e de percepções pessoais, sob a forma de comunicações inconscientes ou conscientes, implícitas ou explícitas, principalmente de natureza interpessoal e/ou transpessoal, sendo estas últimas derivadas de conteúdos compartilhados sobre as representações internas que estão organizadas nas suas matrizes pessoais, familiares e sociais e que não são exclusivas de nenhum participante, mas resultantes das forças em jogo dentro do "*campo grupal*" (Tubert-Oklander, J. & Hernández-Tubert, R., 2022; Tubert-Oklander, J. (2014).

Todos nós vivenciamos, estes momentos subjetivos e individuais alternados com eventos mais globais e totais dentro ou mesmo fora do grupo, os quais se expressam através das interações instintivas e afetivas organizadas sob a forma de estilos de relacionamento. Nós interagimos, uns com os outros, dentro de redes de comunicação e de relacionamentos, explicitados sob as formas complementares do sentir e do pensar e sempre impregnados por um qualquer tipo de desejo ou afeto subjacente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bion, W.R. (1948[1961]). *Experiences in groups, Human Relations*, Vols. I-IV, 1948–1951, [Reprinted in *Experiences in Groups and Other Papers*. London: Tavistock.]

Bion, W.R. (1962[1967]). A theory of thinking. *International Journal of Psycho-Analysis*, Vol. 43: [Reprinted in *Second Thoughts* (1967)].

Bion, W.R. (1967[1984]). *Second Thoughts*. London: William Heinemann. [Reprinted in London: Karnac Books 1984].

- Cortesão, E.L. (1989 [2009]). *Grupanálise – Teoria e Prática*. Reedição Sociedade Portuguesa de Grupanálise, Lisboa.
- Cozolino, L. (2006). *The Neuroscience of Human Relationships – Attachment and the Developing Social Brain*. (Ed.) W.W. Norton & Company, New York.
- Cozolino, L. (2010). *The Neuroscience of Psychotherapy – Healing the Social Brain*. (Ed.) W.W. Norton & Company, New York.
- Damásio A. (1995). *O Erro de Descartes – Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Col. Fórum da Ciência Nº 29, (ed.) Pub. Europa – América, Lisboa.
- Damásio A. (2000). *O Sentimento de Si – O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*. Col. Fórum da Ciência, Nº 50, (ed.) Pub. Europa – América, Lisboa.
- Damásio A. (2003). *Ao Encontro de Espinosa – As Emoções Sociais e a Neurobiologia da Sentir*. Col. Fórum da Ciência, Nº58, (ed.) Pub. Europa – América, Lisboa.
- Damásio, A. (2010). *O Livro da Consciência – A Construção do Cérebro Consciente*. Coleção: Temas & Debates, Editora: Círculo dos Leitores, Lisboa.
- Eslinger, P.J. et al. (2021). Social Feelings. In: *Neuroscience and Biobehavioral Reviews* Vol. 228: 592-600.
- Freud, S. (1895[1950]). Project for a Scientific Psychology. In: *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*,1():281-391.
- Foulkes, S.H. (1948[1990]). *Group-analytic Psychotherapy: Method and Principales*. London: Gordon & Breach [Reprinted in Karnac: London, 1990].
- Foulkes, S.H. (1964[1984]). *Therapeutic Group Analysis*. (Ed.) Allen & Unwin, London: U [Reprint in: (Ed.) Karnac: London: UK, 1984].
- Foulkes, S.H. & Anthony, E.J. (1957[2014]). *Group Psychotherapy – The Psycho-Analytic Approach* [Reprint in: (Ed.) J, Anthony, and Group Analytic Society International A 370, (ed.) Karnac, London: UK].
- Foulkes, S.H. (1967). The concept of group matrix. *Group Analysis*, 1:31-35.
- Klein, M. (1958[1991]). Sobre o desenvolvimento do funcionamento mental. *Obras Completas de Melanie Klein: Volume III Inveja e Gratidão e outros trabalhos* (1958). [Reimpressão: Rio de Janeiro: Imago, 1991].

- Hopper, E. (2003a). *The Social Unconscious*. In: International Library of Group Analysis, 22. (Ed.): Jessica Kingsley Publishers, London: UK.
- Hopper, E. (2003b). *Traumatic Experience in the Unconscious Life of Groups: The Fourth Basic Assumption: Incohesion. Aggregation/ Massification or (ba) I: A/M*. In: International Library of Group Analysis, 23. (Ed.) Jessica Kingsley Publishers, London: UK.
- Leal, M.R.M. (1968). Internal Relational Matrix. In: *Group Analytic Panel and Correspondence*, 2 (former version of the Journal "Group Analysis").
- Leal, M.R.M. (1994). *Grupanálise – um percurso. 1963-1994*. Edições Fim de Século, Lisboa.
- Ormay, A.P. (2012). *Social Nature of Persons*. In: New International Library of Group Analysis. (Ed.) Karnac, London: United Kingdom
- Panksepp J. & Lucy Biven, L. (2012). *The Archaeology of Mind – Neuroevolutionary of Human Emotions*. (Ed.) W. W. Norton Company, New York: USA.
- Pichon-Rivière, E. (1971a). *El proceso grupal. Del psicoanálisis a la psicología social (I)*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Pichon-Rivière, E. (1971b). *La psiquiatría, una nueva problemática. Del psicoanálisis a la psicología social (II)*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Pichon-Rivière, E. (1979). *Teoría del vínculo*. (Ed.) Nueva Visión, Buenos Aires.
- Solms, M. (1997). What is consciousness? In: *Journal of the American Psychoanalytic Association*
- Solms, M. (2013). The conscious id. In: *Neuropsychoanalysis*, 15(1), 5–19. <https://doi.org/10.1080/15294145.2013.1077371>.
- Solms, M. (2015). *The Feeling Brain. Selected Papers on Neuropsychoanalysis*. (Ed.) Karnac: London.
- Solms, M. (2020). New project for a scientific psychology: General scheme. In: *Neuropsychoanalysis*, 22(1–2), 5–35. <https://doi.org/10.1080/15294145.2020.1833361>.
- Solms, M. (2021). *The Hidden Spring*. (Ed.) W.W. Norton and Company. New York or (Ed.) Profile Books, London: United Kingdom

Tubert-Oklander, J. & Hernández-Tubert, R. (2022). *Psychoanalysis, Group Analysis, and Beyond - Towards a New Paradigm of the Human Being*, The New International Library of Group Analysis, (Ed.) Routledge: London/New York.

Tubert-Oklander, J. (2014). *THE ONE AND THE MANY – Relational Psychoanalysis and Group Analysis*. (Ed.) New International Library of Group Analysis. London: Karnac.

Zimerman D. (2000). *Fundamentos Básicos das Grupoterapias*. (2aed.). (Ed.)

Escola de pais grupanalítica. Intervenção grupanalítica de curta duração com foco específico

Patrícia Poppe

Resumo

A Escola de Pais Grupanalítica (EPG) surge como uma intervenção específica e terapêutica para apoiar e desenvolver a parentalidade. Integra a base sólida dos conceitos psicanalíticos e grupanalíticos para compreender e intervir nas complexidades emocionais das relações parentais, determinadas em grande parte por fatores inconscientes. Estes podem ser responsáveis por atitudes dos pais que afetam a relação com os filhos, com consequências para o seu desenvolvimento emocional e saúde mental.

A EPG consiste numa aplicação da Grupanálise (Foulkes, 1975; Cortesão, 2008) ao trabalho com pais em grupos grupanalíticos, cujo setting apresenta vantagens para compreender os pais e a origem das suas dificuldades, favorecendo o seu desenvolvimento pessoal e relacional. A especificidade do modelo EPG caracteriza-se pela duração breve e, simultaneamente, pelo foco específico na parentalidade e nos objetivos de cada mãe e pai. Devido a estes aspetos particulares são integradas as modificações na técnica propostas por Lorentzen (2014, 2022).

Os pais que participam na EPG estão muito motivados e não faltam às sessões. Sentem-se bem no grupo, onde existe um ambiente de aceitação e suporte mútuo que promove a partilha, reflexão e empatia. Através da vivência no grupo com o seu funcionamento grupanalítico inicia-se um processo de crescimento com possibilidades de mudança, reveladas pelos exemplos e testemunhos citados. Verifica-se que os princípios e a técnica grupanalítica aplicados à parentalidade, numa intervenção breve, têm potencialidades psicoterapêuticas transformadoras.

Palavras-chave: Grupanálise, Psicanálise, Pais, Grupo, Intervenção, Foco

⁴ Psicóloga, Grupanalista, Membro Grupanalista da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo (SPGPAG). patricia.s.poppe@gmail.com

Groupanalytic School for Parents: Short-term groupanalytic intervention with specific focus

Abstract

The Groupanalytic School for Parents (GSP) has emerged as a specific therapeutic intervention to support and develop parenting. It integrates the solid basis of psychoanalytic and groupanalytic concepts to understand and intervene in the emotional complexities of parental relationships, which are largely determined by unconscious factors. These can be responsible for attitudes that affect the relationship between parents and children, with consequences for their emotional development and mental health.

GSP consists of an application of Groupanalysis (Foulkes, 1975; Cortesão, 2008) to work with parents in groups, where the groupanalytic setting offers advantages for understanding parents and the origins of their difficulties, promoting their personal and relational development. The specificity of the GPS model is characterised by its short duration and, at the same time, its specific focus on parenting and the goals of each mother and father. Due to these distinctive aspects the modifications to the technique proposed by Lorentzen (2014, 2022) are integrated.

The parents who participate in the GSP are very motivated and don't miss the sessions. They feel comfortable within the group where the atmosphere of acceptance and mutual support promotes sharing, reflection and empathy. Through the experience in the group with its groupanalytic functioning, a growth process begins creating opportunities for change, as revealed by the examples and testimonies provided. This suggests that the principles and technique of groupanalysis applied to parenting in a brief intervention, have a transformative psychotherapeutic potential.

Key words: Group Analysis, Psychoanalysis, Parents, Group, Intervention, Focus

1. Parentalidade – Perspetivas Analíticas

A parentalidade envolve um conjunto de desafios e complexidades que afetam tanto o bem-estar como a saúde mental de pais e filhos. A relação entre pais e filhos é marcada por questões emocionais, muitas vezes influenciadas por experiências pessoais dos pais que não são conscientes. As abordagens psicanalíticas, grupanalíticas e multifamiliares têm, ao longo dos anos, ajudado a compreender as dificuldades emocionais na parentalidade e oferecido caminhos para intervenções mais eficazes. Neste sentido, as perspetivas de autores como Bowlby, Winnicott, Neto, Badaracco e Rotenberg proporcionam uma compreensão mais profunda dos fatores inconscientes que afetam a função parental e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos filhos.

Dificuldades dos pais

John Bowlby desenvolveu a teoria da vinculação (Bowlby, 1988) e publicou vários trabalhos sobre cuidados maternos e saúde mental. Na sua conferência “Psychoanalysis and childcare” em 1956, por ocasião da celebração do centenário do nascimento de Freud, refere-se diretamente aos problemas emocionais dos pais. O autor considera que atitudes desfavoráveis relativamente aos filhos advêm, por um lado, da ignorância, mas por outro, a sua origem principal reside em dificuldades na própria infância dos pais, das quais não têm consciência. Para fazer face aos sentimentos ambivalentes que são evocados com o nascimento de um filho, utilizam como pais os mesmos mecanismos de defesa da sua infância precoce. Assim, por vezes, não são capazes de ser tão amáveis e pacientes como gostariam e não conseguem ajustar o seu comportamento adequadamente, o que explica muitas das dificuldades parentais (Bowlby, 2005). Na mesma data e ocasião, Winnicott explora na sua conferência “Psicanálise e sentimento de culpa” o papel crucial da ambivalência na vida psíquica. O autor destaca como a capacidade saudável de sentir culpa, implica a tolerância da ambivalência e a aceitação da responsabilidade de ambos – amor e ódio (Winnicott, 1958). Na mesma linha, Isaura Neto refere que são mecanismos inconscientes e patológicos dos pais que estão envolvidos na origem, evolução e manutenção da psicopatologia dos filhos (Neto, 1997). A autora investigou os mecanismos subjacentes às perturbações psicopatológicas e como estes intervêm nas relações entre pais e filhos. Aponta para a existência nestes pais de perturbações

narcísicas e perturbações nas suas relações de objeto, que põem em marcha mecanismos de defesa primitivos. Pais que sofreram com a parentalidade deficiente dos próprios pais, não desenvolvem empatia, não compreendem as necessidades dos filhos e não desenvolvem uma parentalidade suficientemente boa. Esta parentalidade patológica é depois transmitida inter- e transgeracionalmente (Neto, 1997, 2014). Garcia Badaracco é outro autor que aprofunda o papel dos vínculos familiares nos seus conceitos, analisando como um contexto de relação adequado ou inadequado pode ser decisivo para o desenvolvimento psicoemocional saudável ou patológico das crianças. Quando as figuras parentais não são capazes de exercer adequadamente as funções materna e paterna, formam-se “interdependências patológicas e patogénicas”, que dificultam ou impedem o desenvolvimento da subjetividade e da autonomia, condicionando o funcionamento do Eu, que não se desenvolve e fica imaturo (Badaracco, 1978, 2006). Ainda relativamente à influência parental, Eva Rotenberg, sublinha a relevância da capacidade dos pais em ler e responder aos estados emocionais dos filhos para o desenvolvimento de recursos internos saudáveis nas crianças (Rotenberg, 2007, 2014). Todos os autores referidos salientam a relevância de fatores emocionais inconscientes na parentalidade, que podem ser responsáveis ou acentuar as dificuldades dos filhos.

Intervenções analíticas na parentalidade

Na tentativa de encontrar uma solução para as suas dificuldades, os pais procuram frequentemente o saber racional, que não deixa de ser importante, mas não é suficiente. Simultaneamente as intervenções dirigidas a pais geralmente caracterizam-se por serem psicoeducacionais ou de autoajuda. No entanto, é a perspetiva psicanalítica que ajuda a lançar luz para a origem das dificuldades dos pais e para a sua compreensão empática. Esta é a base das abordagens grupanalíticas e multifamiliares que mobilizam a compreensão de si, do outro e das relações interpessoais, assim como o desenvolvimento de recursos internos. Ajudar os pais através de intervenções psicodinâmicas tem um alcance mais profundo e pode afetar positivamente o ciclo de transmissão transgeracional. Bowlby salienta a importância de uma ajuda competente nos primeiros anos de parentalidade para que os pais desenvolvam uma relação carinhosa e compreensiva com os seus filhos e expressa a necessidade de os técnicos de saúde terem conhecimentos sobre estes mecanismos

(Bowlby, 2005). Também para Neto, o trabalho com pais reveste-se da maior importância para modificar as formas mais patológicas da relação, assim como para evitar interrupções do tratamento dos filhos. Os grupos psicoterapêuticos com pais implementados no Hospital de Dia do Hospital de Santa Maria tiveram como objetivos principais compreender os pais nas suas dificuldades e desenvolver a parentalidade. Os resultados são significativos, incidindo na diminuição do funcionamento projetivo e da vergonha e culpa nos pais, assim como no desenvolvimento da empatia e na sua reestruturação narcísica (Neto, 1996). Na Argentina Badaracco implementou os Grupos de Psicanálise Multifamiliar (Badaracco, 2006) para a intervenção nas famílias através de um contexto ampliado, em que participam os pacientes e as suas famílias, juntamente com os técnicos de saúde mental. Segundo o autor, os recursos egóicos potenciais podem desenvolver-se em qualquer idade, permitindo uma eventual mudança psíquica dos pais com efeitos no desenvolvimento do verdadeiro Self nos filhos (Badaracco, 2000). Rotenberg fundou a *Escuela para Padres Multifamiliar*, utilizando os grupos multifamiliares para o acompanhamento de famílias com filhos com doenças psicossomáticas ou problemas de comportamento “ditos normais” (Rotenberg, 2014). Para a autora, a interiorização da sua própria experiência, e a elaboração dos vínculos passados, ajuda a não repetir o prejudicial e a construir as funções materna e paterna (Rotenberg, 2007). Se os pais puderem desenvolver confiança nos recursos desenvolvidos, podem mais facilmente tolerar as dificuldades intrínsecas ao crescimento das crianças e adolescentes, pois deixam de as encarar como falhas que afetam o narcisismo parental (Rotenberg, 2014). Da mesma forma, os grupos de Grupanalise Multifamiliar realizados no Hospital de Santa Maria aceleram o processo psicoterapêutico, desenvolvem o insight familiar e consolidam as capacidades mais saudáveis de cada família e cada elemento (Godinho e col, 2006).

2. Escola de Pais Grupanalítica

A Escola de Pais Grupanalítica (EPG) é uma intervenção específica para apoiar e desenvolver a parentalidade. Consiste numa abordagem estruturada que permite aos pais refletirem sobre os próprios comportamentos e sentimentos, compreenderem o impacto das suas ações nos filhos e desenvolverem uma parentalidade mais empática e segura. A intervenção EPG tem sido desenvolvida desde 2014 para o trabalho com pais em grupos grupanalíticos e implementada em vários contextos. É uma abordagem

focada na parentalidade que parte do pressuposto de que todos os pais têm por vezes dificuldades e muitos precisam de apoio. Em Portugal conhecem-se abordagens psicodinâmicas com pais em meio hospitalar, no entanto, fora deste contexto ligado à patologia, existem muitas mães, pais e filhos que poderiam beneficiar de uma abordagem analítica. Pretendeu-se com a EPG criar uma intervenção dirigida a uma população alargada de pais e adaptada às suas necessidades e disponibilidades.

Fundamentos teóricos e técnicos

Em termos teóricos, clínicos e técnicos, a EPG é uma aplicação da Grupanálise (Cortesão, 2008) ao trabalho com pais em que são integrados aspetos técnicos da psicoterapia analítica de grupo de curta duração com um foco específico (Lorentzen, 2014, 2022).

Grupanálise

A base teórica da Grupanálise é comum à Psicanálise, tendo o seu enfoque psicanalítico sido reforçado tanto por Cortesão (2008), como pela Escola Portuguesa de Grupanálise (Neto e França, 2021). A estes conceitos é aplicada uma teoria da técnica grupanalítica que está relacionada com o setting grupal (Ferro e Neto, 2011). Trata-se de uma forma terapêutica de acesso ao inconsciente, proporcionando introspeção, insight e desenvolvimento do self, no grupo e através do grupo, e que pode ser aplicada a diversos objetivos e contextos (Neto e França, 2021). Têm sido desenvolvidas cada vez mais aplicações da Grupanálise em Portugal, que permitem explorar e implementar as potencialidades do modelo grupanalítico (Poppe e Teixeira, 2018b).

A EPG fundamenta-se na Grupanálise, preservando a identidade grupanalítica na condução e no setting grupanalítico, comungando o objetivo geral da diminuição das dificuldades e do crescimento dos vários elementos do grupo. A situação grupal propicia as identificações, os problemas e conflitos não são apenas falados, mas principalmente vividos, em parte através da transferência. É progressivamente desenvolvida a função do grupo como continente das angústias de cada um e de todos. O padrão do condutor dos grupos é interiorizado pelos elementos do grupo, contribuindo para a formação da matriz do grupo (Cortesão, 2008; Ferro e Neto, 2011). Nos grupos grupanalíticos ocorrem de forma evidente os fenómenos de grupo descritos por Foulkes (1975) e

outros autores, que impulsionam o processo grupalítico e podem conduzir a mudanças. Os grupos da EPG têm características grupalíticas.

Psicoterapia analítica de curta duração com foco específico

Para ir ao encontro das necessidades e disponibilidades dos pais, foi escolhido o formato de uma intervenção com limitação no tempo e que funciona em função de um foco. Existem diferenças importantes entre grupos analíticos de duração indeterminada e grupos analíticos breves, cujas características devem ser conhecidas e respeitadas (Emílio, 2003). Lorentzen propõe no seu modelo designado primeiro por “*Short-term group analytic psychotherapy*” (Lorentzen, 2014) e posteriormente por “*Focused group analytic psychotherapy*” (Lorentzen, 2022) alterações à técnica que são integradas na EPG. Considera que deve haver um cuidado especial com a estrutura e uma comunicação mais ativa do psicoterapeuta, sendo privilegiado o trabalho no aqui e agora. A duração do grupo predefinida implica dar atenção especial à fase final. São descritas 4 fases na psicoterapia analítica de grupo de curta duração e com um foco específico (fase de envolvimento, fase de diferenciação, fase interpessoal e fase final) que também podem ser identificadas nos grupos da EPG. Estas fases distintas apresentam desafios específicos para cada elemento individual, para o grupo como um todo e para o psicoterapeuta, fornecendo o âmbito para explorar questões inconscientes nos membros e no grupo (Lorentzen, 2022).

Descrição e caracterização da EPG

O modelo de intervenção EPG que se estabeleceu caracteriza-se por ser limitado no tempo, ter um foco específico e basear-se nas teorias psicanalíticas, multifamiliares e grupalíticas, com mais ênfase nestas últimas. Esta linha psicodinâmica permite compreender os indivíduos em termos de sintomas, problemas pessoais e relacionais com o objetivo de aliviar o sofrimento e mal-estar, captando as características e os recursos individuais que podem ser desenvolvidos. A implementação desta abordagem foi fruto da experiência de vários anos de realização de grupos de pais, analisados continuamente em supervisão, assim como da avaliação empírica, o que levou ao seu desenvolvimento progressivo. A EPG tem sido apresentada em congressos nacionais e internacionais (Poppe, 2015, 2016, 2017, 2018a, 2018c, 2019, 2021, 2024). A intervenção EPG foi iniciada na Escola Alemão de Lisboa, tendo sido alargada para a

clínica privada, havendo a possibilidade de ser realizada noutros contextos. Caracteriza-se pelos seguintes aspetos específicos:

Limitação do tempo

No sentido de facilitar a participação dos pais e de forma a integrá-la na vida familiar e profissional, habitualmente muito preenchida, optou-se por uma intervenção de curta duração. A duração do grupo tem sido predefinida em doze sessões. As sessões são semanais à mesma hora com a duração de 75 minutos. Segundo Lorentzen (2022), a natureza limitada no tempo do seu modelo pode ser positiva, pois o curto tempo disponível sugere que “o tempo é importante” criando alguma “urgência”. Isto pode despoletar o sentimento de que “algo importante pode ser alcançado no tempo disponível”, favorecendo que a abertura dos elementos ao grupo e o seu envolvimento talvez ocorra mais cedo do que em psicoterapias de longa duração (Lorentzen, 2022). No término do grupo de pais da EPG é mencionada a possibilidade de aprofundar questões pessoais e relacionais a vários níveis, para além da parentalidade, num grupo de psicoterapia analítica de grupo.

Foco específico e objetivos

Outra característica fundamental da EPG é que esta abordagem tem o foco principal na parentalidade e nas questões a ela relacionadas. Nesse sentido, os objetivos gerais da intervenção EPG são apoiar os pais nas suas dificuldades parentais, aumentar a compreensão de si próprio e dos filhos, melhorar o bem-estar de ambos, desenvolver os recursos emocionais dos pais, assim como a sua relação com os filhos. Cada mãe/pai define com o psicoterapeuta na entrevista inicial a sua problemática específica que a/o levou a procurar esta intervenção e que habitualmente expõe nas primeiras sessões do grupo de pais. Esta área circunscrita normalmente ocupa o centro do trabalho terapêutico de cada um. O “tratamento” da EPG visa ajudar os pais tanto na parentalidade em geral, como no problema específico de cada um, aliviando preocupações e contribuindo para resolver problemas, o que pode servir para desbloquear situações e abrir novas possibilidades de funcionamento.

Composição dos grupos de pais

Os grupos de pais da EPG são grupos compostos por 5 a 10 elementos e um psicoterapeuta. São grupos fechados em que todos começam ao mesmo tempo, esperando-se que fiquem juntos como grupo até que este seja dissolvido no seu

término. Podem participar voluntariamente pais de idades diferentes com diversas questões, independentemente da idade dos filhos e de estes terem situações normais de desenvolvimento ou problemas específicos. É valorizado o papel fundamental que ambos os pais têm no desenvolvimento emocional dos filhos, incentivando de igual forma a participação de mães e pais. Em cada grupo participa apenas um membro do casal parental. Os pais não se conhecem antes de iniciar o respetivo grupo.

Setting e sessões

Os grupos de pais podem realizar-se tanto em instituições ou serviços clínicos, como em consultório privado nos formatos presencial, online ou misto. A escolha do setting para os grupos de pais tem em conta que este deve ser experienciado pelos pais como seguro e confiável. As sessões realizam-se numa sala com privacidade com cadeiras dispostas em círculo. No grupo, os pais falam e refletem em discussão flutuante livre, segundo o modelo grupanalítico, sem temas predefinidos mas com o foco em assuntos relacionados com a parentalidade e os objetivos específicos de cada um.

Limites e regras

Estabelecer de forma clara os limites externos do grupo, facilita o acesso ao espaço interno para elaborar as questões de cada um. Assim, o local, a frequência, a duração das sessões e do grupo são fixadas antes do início do grupo, garantindo a estrutura de espaço e tempo do setting. Para promover a manutenção dos limites e o funcionamento grupanalítico do grupo, são abordadas na entrevista individual com todos os membros as regras básicas relativamente ao grupo: presença regular nas sessões, falar livremente respeitando os outros, confidencialidade em relação às questões e temas discutidos no grupo e evitar encontros com os outros membros fora do grupo. Também é esclarecido se a participação é gratuita, como eventualmente acontece nas instituições, ou qual o valor e formato de pagamento. Todas estas questões devem ficar definidas e ser aceites por escrito, condições que são reforçadas na primeira sessão de grupo, na presença de todos.

Preparação

Cada participante passa por uma entrevista individual para o conhecimento pessoal e início da aliança terapêutica, assim como para a recolha das principais preocupações, de informações importantes incluindo relações com filhos, pais, cônjuges e irmãos. Neste sentido, a entrevista permite uma avaliação inicial do funcionamento individual,

de possíveis conflitos externos e internos e, em última análise, a seleção para o grupo de pais. Destina-se a entrevista também para esclarecer o funcionamento de um grupo grupalítico, responder a todas as dúvidas dos pais e gerir as disponibilidades horárias, ficando marcado o início do grupo. Muito importante é a definição do objetivo específico de cada participante. Esta preparação contribui para uma participação mais consciente e comprometida e, como refere Lorentzen (2022), ajuda a um arranque rápido quando o grupo inicia, para que o tempo disponível seja usado eficazmente.

Condução do grupo

Para conduzir grupos de pais segundo o modelo da EPG, é necessário o condutor possuir experiência e formação psicanalítica/grupalítica que inclua o manejo de grupos grupalíticos e, especificamente, os de curta duração. Com esses conhecimentos e experiência, o condutor usa o potencial grupalítico, cujas propriedades são promotoras de crescimento. O condutor de grupo da EPG será daqui em diante designado equivalentemente por psicoterapeuta ou grupalista. Em primeiro lugar, tem a responsabilidade de constituir o grupo de pais e de estabelecer as condições necessárias para o seu funcionamento. Cabe-lhe também manter a estrutura no grupo através de condições constantes como a sala, a duração e a frequência das sessões ou as regras dentro e fora do grupo. Nas sessões, o seu papel é observar e envolver todos membros do grupo, de forma a facilitar a participação de cada membro, a comunicação espontânea e a interação entre os membros do grupo. Encoraja a partilha e reformula questões de forma empática. Ao conter as angústias que surgem, facilita a expressão das emoções dos membros do grupo. Verbaliza e dá significado aos sentimentos que estão a ser vividos, facilitando a reflexão e consciencialização. Tanto são explorados os aspetos individuais, como os aspetos do grupo. As interpretações são pouco frequentes e, quando ocorrem, referem-se especialmente ao aqui e agora, podendo pontualmente referir-se a aspetos da história passada de cada um. O padrão grupalítico tem um papel fundamental, pois as atitudes, as comunicações e os comportamentos do grupalista são interiorizados pelos membros do grupo, contribuindo para criar a matriz do grupo. É importante ter sempre presente o término do grupo e a contratransferência.

3. Análise dos grupos de pais

Até ao momento decorreram 12 grupos de pais da EPG, dos quais 10 tiveram lugar na instituição escolar e 2 em clínica privada, dos quais um foi presencial e outro online. Participaram um total de 94 mães e pais e foram realizadas 144 sessões de grupo. Verifica-se um número mais elevado de mães do que de pais a participar, na proporção aproximada de 1/3 pais e 2/3 mães. A análise das sessões e dos grupos permite discutir as características, o funcionamento e os conceitos grupanalíticos dos grupos da EPG. Para ilustrar a aplicabilidade dos conceitos teóricos apresentados e os efeitos da EPG nos membros dos grupos e nas dinâmicas familiares, são inseridos exemplos práticos de comunicações e frases dos pais em discurso direto.

Motivação / Expetativas

Os pais participam voluntariamente na EPG e estão muito motivados. Sabemos que a motivação é um dos fatores principais para o sucesso das intervenções ou tratamentos. Algumas motivações e expetativas referidas pelos pais são:

- Vontade de partilha com outros pais: *“ouvir e dar testemunho”, “conhecer a perspetiva de outros”, “pertencer a uma comunidade”*
- Desejo de melhorar a relação com os filhos e de desenvolver mais recursos: *“melhorar a relação com a minha filha”; “compreender as necessidades do meu filho”, “melhorar a interação com as 3 filhas”; “conseguir melhorar a comunicação e o relacionamento com os meus filhos para que a educação possa ser mais efetiva e os vínculos mais profundos”; “ser um pai mais presente que dá atenção”*
- Dificuldades dos filhos: *“faz oposição na escola e em casa”, “temos muitos conflitos”; “é muito agressivo”; “tem anorexia”; “diagnóstico de depressão”; “suspeita de perturbação borderline”; “ansiedade de separação”; “dificuldades de alimentação”, “é insegura e tem medos”; “tem problemas na escola”*
- Dificuldades dos pais: *“ultrapassar esta fase difícil com o meu filho que está muito revoltado”; “muita ansiedade que por vezes não sei gerir bem”; “fico irritada com a minha filha e não me consigo controlar”; “dificuldade em gerir conflitos e frustrações”; “perco a calma”; “sou malvada”*
- Aprender estratégias e apoiar melhor os filhos: *“aprender a compreender melhor as emoções dela”; “aprender skills para não me descontrolar”; “ajudá-la a gerir melhor*

a ansiedade”; “aprender com a experiência de todos”; “entender melhor questões da parentalidade e aplicar o resultado desta experiência no dia a dia da minha família”

- Conhecer-se e sentir-se melhor: *“sentir-me menos só neste caminho difícil”, “conhecer-me melhor”*

Presenças / Aliança / Coesão

Verifica-se uma elevada frequência de presenças dos pais nos grupos (78-96%). Esta presença regular dos pais sem faltarem ou saírem precocemente é um indicador favorável. Simultaneamente a expressão de sentimentos de pertença ao grupo e de estar a participar em algo importante, revelam uma boa aliança dos membros dos grupos à grupanalista e uma elevada coesão nos grupos. Apenas se registou um drop-out.

Comunicação / Interação

A análise das sessões revela que nos grupos da EPG rapidamente todos participam e falam uns com os outros. Geralmente logo nas primeiras sessões falam das dificuldades dos filhos, do que sentem e das suas próprias dificuldades, revelando aspetos pessoais. São mobilizados fatores de suporte e há uma procura de temas e interesses comuns, reveladores do desejo de encontrar afinidades (Lorentzen, 2014). Os membros do grupo reconhecem semelhanças e diferenças entre si e que o espaço do grupo é um espaço único, com um funcionamento diferente dos grupos sociais onde se podem expressar livremente, incluindo emoções e dificuldades. Por vezes há um porta-voz que exprime a ansiedade ou o sentimento de todos (*“se calhar o problema sou eu”*). Verifica-se o uso de metáforas (*“tirar a maquilhagem”, “usar a máquina de borbotos”*), vários níveis de experiência subjetiva e uma comunicação associativa múltipla. Forma-se uma linguagem e atitude comum que vai fazer o grupo funcionar com uma matriz própria (Cortesão, 2008). Ao fim de algumas sessões fica a sensação de a grupanalista não ter que intervir muito. O grupo vai ganhando maturidade e funciona como um todo.

“Mulheres e homens a partilharem sentimentos, dúvidas e experiências sobre o papel mãe/pai”; “Sentimos que aqui se podia falar”; “Houve muita interação”

Espaço seguro / Contenção

Verifica-se no início dos grupos a tendência para os membros do grupo vivenciarem ansiedades como a dependência de alguém que possa suprir todas as necessidades, a angústia de não se sentirem bons pais ou o medo de mudar. A presença de ansiedades faz surgir mecanismos de defesa primitivos, como a clivagem dos aspetos maus na instituição e dos bons na grupalista e no grupo ou de queixas massivas dos filhos que não compreendem os pais. Inicialmente, o sentimento no grupo pode ser ambivalente – uma vontade para estar juntos e simultaneamente desconfiança da possibilidade de beneficiar do grupo. Através do ambiente facilitador e de suporte para o desenvolvimento emocional, do acolhimento de necessidades e angústias, são contidas as ansiedades dos pais. Em breve também os membros do grupo revelam movimentos contentores. Com a atitude empática e de aceitação cresce o sentimento de pertença ao grupo e é estabelecido progressivamente um ambiente prazeroso de intimidade e confiança. Este permite aos pais falarem no grupo de questões difíceis com liberdade, sem se defenderem tanto, facilitando a elaboração das suas dificuldades. Ao se sentirem contidos e valorizados, os pais são fortalecidos narcisicamente.

“Eu, que não sou de falar facilmente e costumo contornar os temas difíceis, senti-me seguro, claramente mantinha-me num grupo assim...”; “Só partilhámos porque nos sentimos em confiança”; “Um espaço seguro para aprender connosco e com outros pais”

Ambivalência / Mentalização

No grupo de pais é mencionada a possibilidade de discordar, competir, se irritar, se zangar. O grupo é um importante espaço de queixa, onde os pais podem expressar e ter mais consciência do que sentem, podendo confrontar-se com a agressividade e com sentimentos ambivalentes. É estimulada a capacidade de mentalização destes sentimentos de forma a abrir espaços mentais para pensar, o que facilita a aceitação da ambivalência em si e nos filhos.

“Na maternidade nem sempre é tudo lindo”; “O meu filho diz que sou má, se não faço o que ele quer”; “Eu também sou sensível”; “Sinto-me frustrada com a minha filha”; “O

meu cunhado irrita-me e a minha sogra também”; “Também me irrita comigo porque não faço as coisas bem”

Identificação / Empatia

No grupo, os pais identificam-se com os outros pais. As experiências e dificuldades semelhantes dos outros membros do grupo diminuem a ansiedade, e culpa individual, o que promove o bem-estar, permitindo encarar, pensar e relativizar os próprios problemas. Adicionalmente, é também possível os pais se identificarem com os filhos dos outros pais, o que pode levar a um aumento da compreensão de si como filhos, além de facilitar a compreensão dos próprios filhos. O grupo dá a oportunidade aos pais de se reconhecerem nos outros e de se colocarem no seu lugar. Ao sentir que as suas necessidades são tidas em conta, que são compreendidos e valorizados, aprendem a importância da comunicação e da empatia. Através da identificação com as atitudes da grupanalista e do grupo, podem ser internalizados o *padrão* (Cortesão, 2008) e a *função do grupo*. Com a sua experiência no grupo, muitos pais têm a possibilidade de desenvolver as suas capacidades empáticas.

“Percebemos que os pais têm dificuldades semelhantes e que não somos os únicos a ter problemas”; “Eu não conseguia por em palavras, assim como o teu filho não consegue”; “Deu para compreender melhor o que sentem os filhos”; “Fui falar com a professora e levei o grupo, pensei no que o grupo diria”; “Espero transportar este grupo comigo para os bons e maus momentos do futuro”

Diferenciação / Subjetividade

A confrontação de várias perspetivas no grupo permite novos enfoques, favorece a individuação e gera aprendizagem. Os elementos do grupo afirmam-se como indivíduos únicos, procurando expressar os seus diferentes pontos de vista e opiniões. Ao assumirem posições diferentes, interiorizam diferenças entre si, o que fortalece a sua identidade e autonomia. No grupo existe a oportunidade de os pais se darem conta das diferenças entre pais e filhos, das diferenças de geração, do papel de cada um e a separar o que é dos filhos, do que é dos pais. Esta diferenciação ajuda os pais a

reconhecer os filhos como diferentes, separação que facilita o desenvolvimento da autonomia dos filhos.

“Diferença de olhares, o que torna o grupo muito enriquecedor”; “Os nossos filhos não somos nós”; “Ver os nossos filhos como pessoas”; “Às vezes achamos que os nossos filhos sentem o mesmo que nós, mas não é”; “Pode-se discordar, mas com empatia”

Funcionamento Grupanalítico

Nos grupos da EPG as manifestações transferenciais são inevitáveis. Inicialmente os pais sentem-se no papel de pais dos seus filhos. No entanto, como no grupo são ativadas experiências infantis, também revivem o que sentiram como filhos, sentindo na transferência as faltas do passado. Estas podem ser transferidas para a psicoterapeuta, para outros elementos do grupo ou para o grupo como um todo. No grupo, acontece os pais passarem a filhos em sofrimento, verificando-se por vezes um movimento transferencial dirigido à grupanalista para cuidar deles. Segundo Racker (1986), esta pode ter tido início desde a decisão de cada um participar no grupo de pais, através de uma idealização, da busca de proteção, compreensão e ajuda da sua parte. No grupo de pais da EPG, como psicoterapia analítica de grupo, os pais exprimem conteúdos latentes nas suas comunicações. Quando falam dos filhos ou de outros, estão muitas vezes a falar de si próprios, de como se estão a sentir no grupo ou como se sentiram no passado, acedendo às relações e dificuldades que sentiram na sua infância. Estas situações permitem estabelecer ligações entre dificuldades passadas e atuais e tornar progressivamente conscientes algumas questões. Ao terem acesso às suas vivências e relações enquanto filhos, vão compreender melhor os seus filhos e a relação que têm com eles. Estes aspetos constituem o pendor analítico da EPG, que não funciona pela pedagogia, mas pelos princípios grupanalíticos.

“O passado tem relevância”; “Consigo compreender o meu filho porque também o vi em mim”; “Eles não têm culpa do que nós não tivemos”; “Nunca me senti compreendida”; “Eu não me dou conta”; “Eu descontrolei-me e gritei com ela. Depois à noite pedi-lhe desculpa. Eu nunca tive um pai que me pedisse desculpa. Ficámos tranquilas”

Contratransferência

Da mesma forma, há movimentos contratransferenciais que se passam no sentido da grupanalista para os elementos do grupo. Na contratransferência esta pode identificar-se aos membros do grupo, como pais e como filhos, com os seus conflitos, pensamentos, desejos, sentimentos, presentes e passados numa *identificação concordante* (Racker, 1986). No entanto, acontece simultaneamente empatizar com os filhos dos membros do grupo. Por vezes pode sentir que está a tomar o seu lugar, pois é nele que alguns pais a colocam. Várias vezes é possível sentir a violência das projeções de que os filhos são alvo, na tentativa destes pais de suprir as suas dificuldades através dos filhos, o que representa a *identificação complementar* (Racker, 1986). É sentido o desafio difícil de ajudar ambos, pais e filhos, para o que é importante estar atento à própria contratransferência.

Autoconhecimento / Recursos internos / Aprendizagem

A introspeção, a possibilidade de insight e ampliação do conhecimento de si no grupo e através do grupo facilitam o processo de crescimento e desenvolvimento psicoemocional. No grupo, os pais afirmam-se como indivíduos, identificam partes saudáveis em si e nos outros membros do grupo, que podem ser desenvolvidas. Na relação com os outros, através da vivência, podem ser mobilizados e desenvolvidos os recursos internos dos pais, permitindo a possibilidade de enriquecimento e mudança. Muitos pais descobrem recursos para compreender os seus filhos através da experiência de se sentirem compreendidos. Também aprendem a valorizar os limites e a diferenciação entre pais e filhos.

“Eu não me sentia preparado para ser pai”; “É bom estar na companhia de pessoas preocupadas em evoluir pessoalmente e no seu relacionamento com os seus filhos”; “Viemos cá como pais para ajudar os filhos, mas acabámos a falar de nós e encontramos um pouco a nossa identidade”; “Eu agora cada vez me questiono mais e a minha filha também”; “Agora sou eu o cuidador” (do pai idoso, mas também da filha e do grupo)

Mudanças

Segundo Lorentzen, a possibilidade de mudança varia nos grupos de psicoterapia analítica de curta duração, consoante o que um membro do grupo aprendeu sobre si próprio e sobre o grupo e o quanto foi elaborado (Lorentzen, 2014). A capacidade de mudança dos participantes depende do tipo de problemas trazidos e dos recursos necessários para alcançar uma mudança. Além disso o autor refere que os membros do grupo podem progredir de forma distinta e em tempos diferentes, sendo o objetivo mínimo de participação que possa ser iniciado um processo de reflexão que eventualmente poderá levar a alterações após o grupo (Lorentzen, 2022). A título de exemplo podem ser referidas duas situações ocorridas na última sessão do respetivo grupo, revelando possíveis significados de mudança e da marca que todos levam do grupo: num caso todos mudam espontaneamente de lugar no início da sessão e noutro surge a metáfora de uma tatuagem com o símbolo “Sou o que sou”.

Através das afirmações e frases recolhidas na avaliação após a intervenção, os pais relatam mudanças indicadoras de uma evolução individual, de mudanças na sua relação com os filhos e até, em alguns casos, de alterações nos próprios filhos:

- Mudanças nos pais

“Tenho mais abertura e partilho melhor os problemas”; “Ganhei capacidade de exposição e partilha, enfrento melhor temas difíceis”; Fiquei menos ansiosa, mais confiante com os filhos”; “Estou mais segura em relação a algumas situações”; “Tenho mais autocontrole e tolerância”; “Dou mais espaço para os meus filhos agirem”; “Eu também estou mais tranquila. Já não grito”; “Não insisto para ela comer”

- Mudanças na relação

“Brincamos mais”; “Lidamos melhor com os conflitos”; “Como me sinto mais controlada, o comportamento da minha filha melhorou”; “Estamos mais próximos”; “A nossa relação melhorou”; “O meu filho não gostava ou tinha medo de mim (envergonho-me por isso) mas isso mudou”; “Agora ele é ele, não pode estar sempre por baixo das minhas saias”; “Às vezes só precisa que esteja sentada ao lado dela”

- Mudanças nos filhos

“A minha filha colabora mais”; “Desafia menos”; “O meu filho chora menos e escuta melhor quando lhe falo”; “Agora os meus filhos verbalizam melhor o que sentem”; “O

feedback da Escola é muito positivo”; “A minha filha está mais à vontade, está melhor”; “Foi marcante para mim, deixei o meu filho em casa de amigos no fim de semana e, quando o fui buscar, dei-me conta que ele já tinha uma voz diferente”; “Tem-me feito bem o grupo, a alimentação da minha filha deixou de ser um problema, não sei o que fiz, mas deve ter a ver com vocês”

4.Conclusões

Os conceitos grupanalíticos foram identificados nos grupos da EPG, que funcionam com as características da psicoterapia analítica de grupo de curta duração. É possível verificar que os princípios e a técnica grupanalítica aplicados à parentalidade, numa intervenção breve, têm potencialidades psicoterapêuticas transformadoras.

Os testemunhos e frases dos pais sobre o grupo revelam que os pais valorizam a experiência na EPG, indicando a utilidade e os benefícios alcançados. Sentem-na como uma vivência enriquecedora, que lhes permite encarar, pensar e relativizar os próprios problemas. O grupo grupanalítico tem uma importante função de suporte para pais que partilham o sentimento de ter dificuldades com os filhos ou de falhar como pais. A EPG representa um setting grupanalítico privilegiado para pais, onde suas ansiedades podem ser contidas, onde podem expor e compreender um pouco do seu mundo interno, lidar com a ambivalência, mentalizar alguns conflitos, onde é possível dar significado a comportamentos e modificar a necessidade de culpar e rejeitar aspetos de si próprios e dos outros. Representa uma experiência de interiorização e crescimento do seu papel parental, em que os pais adquirem capacidades como a aceitação de não controlar tudo, a coresponsabilidade, um melhor contacto com a realidade, maior tolerância à separação emocional dos filhos e maior facilidade em distinguir entre as necessidades dos filhos e as suas próprias, o que beneficia claramente a comunicação, compreensão e relação com os filhos. A vivência dos pais num grupo grupanalítico com as características e fatores grupanalíticos presentes, permite o insight, o autoconhecimento e desenvolvimentos pessoais e relacionais. Pode ajudar os pais a sentirem-se melhor, mais tranquilos e confiantes, a resolver algumas dificuldades e pode prevenir problemas, o que remete para o seu valor tanto terapêutico como preventivo. Tem a vantagem de ser uma dupla abordagem, de pais e filhos.

A EPG distingue-se por proporcionar aos pais um espaço único, onde podem explorar alguns sentimentos e conflitos inconscientes que impactam as relações com os filhos. Ao contrário de intervenções educativas ou de autoajuda, que frequentemente se centram em fornecer orientações práticas, a EPG promove um processo de compreensão e mudança pessoal. Esta abordagem grupanalítica permite que os pais ganhem novas perspectivas sobre as suas dificuldades, além de desenvolverem recursos internos com possíveis efeitos no tempo. Os resultados sugerem que participar na EPG promove mudanças na parentalidade, contribuindo para a construção de uma relação mais empática e saudável entre pais e filhos. Como aplicação da Grupanálise, a EPG pode ser implementada em vários contextos, pode ter utilidade para muitas pessoas e beneficiar a saúde mental. Após participarem na EPG, alguns pais já integraram um grupo de psicoterapia analítica de grupo durante um período de dois anos.

Conduzir grupos da EPG requer conhecimentos e experiência grupanalítica, razão pela qual, num primeiro passo, foi iniciada uma formação externa de introdução à EPG pela SPGPAG, podendo esta continuar a ser desenvolvida num plano integrado de formação específica num futuro próximo. A implementação da EPG e os resultados obtidos até ao momento, confirmam a abrangência dos conceitos e da técnica grupanalítica, assim como os benefícios que podem oferecer à sociedade.

5.Referências Bibliográficas

- Badaracco, J.G. (1978) La noción de “deficit de recursos yoicos” en psicoanalysis. Inédito
- Badaracco, J. G. (2000). Psicoanálisis Multifamiliar, Los Otros en Nosotros y el Descubrimiento del sí Mismo. Paidós. Buenos Aires.
- Badaracco, J. G. (2006). Multifamily Psicoanalysis: As a Healthy Virtuality Cure.
- Bowlby, J. (1988). A Secure Base. Clinical applications of attachment theory. Routledge. London.
- Bowlby, J. (2005). The Making and Breaking of Affectional Bonds. Chap.1 Psychoanalysis and childcare. Routledge Classics. Oxon and New York

Godinho, P., Centeno, M.J., Fialho, T., Neto, I.M. (2006). *The Multifamily Group as a Magnetic Resonance of Psychiatry: Observing, Treating and Training*. In a Workshop from the 15th International Symposium for the Psychotherapy of Schizophrenia, Madrid, 11-16 June 2006.

Cortês, E. L. (2008). Grupanálise. Teoria e Técnica. 2ª Edição. Lisboa: Edição da SPG.

Emílio, S.A. (2003) Grupos Breves em Clínica Escola. In: Fernandes W.J., Svartman, B., Fernandes, B.S. (2003) Grupos e Configurações Vinculares. Artmed. Porto Alegre.

Ferreira, S., Neto, I. (2011) Grupanálise: Outros Olhares sobre o consciente e o inconsciente. IV Congresso Regional Mediterrânico e Atlântico da IAGP. Porto.

Foulkes, S.H. (1975) Group Analytic Psychotherapy – Method and Principles. Gordon and Breach Science Publishers Ltd. London.

Lorentzen, S. (2014). Group Analytic Psychotherapy: Working with affective, anxiety and personality disorders. London. Routledge.

Lorentzen, S. (2022). Focused Group Analytic Psychotherapy: An Integration of Clinical Experience and Research. London. Routledge.

Neto, I.N. (1996) Perturbação Empática - Uma das formas mais destruidoras do funcionamento mental. Revista ABPAG Vol 03 (1991-1994)

Neto, I.M. (1997). Psychological “Heritage”: Inter and Transgenerational Transmission of Psychopathology. 12th International Symposium for the Psychotherapy of Schizophrenia (International Conference), London.

Neto, I. M. (2014). Psicopatologia Relacional - Os Grupos Grupalíticos como situações de eleição para o seu diagnóstico e elaboração. Revista Portuguesa de Grupanálise 2014.

Neto, I.M. & França, M.(Eds.) (2021) The Portuguese School of Group Analysis: Towards a unified and integrated approach to theory, research and clinical work. Routledge: London and New York.

Poppe, P. (2015). O Grupo de Pais na Escola - Mudanças e Enriquecimento de Vínculos. Apresentação oral no XV Congresso Nacional e XII Encontro Luso-Brasileiro de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo.

Poppe, P. (2016). Escola de Pais – Abordagem Grupanalítica com grupos de pais. Apresentação oral no XVI Congresso Nacional de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo.

Poppe, P. (2016). Group analytic intervention with parents. Oral presentation in the 2nd International Mental Health Congress – Intervention Triangle, Fundação Romão de Sousa.

Poppe, P. (2017). Application of Group Analysis – School for parents. Oral presentation in the 17th International Symposium of the Group Analytic Society International. Berlin.

Poppe, P. (2018a). Apoiar e Desenvolver a Parentalidade na Escola de Pais Grupanalítica. 4º Congresso da Ordem dos Psicólogos. Braga.

Poppe, P. (2018b). Apoiar e Desenvolver a Parentalidade na Escola de Pais Grupanalítica. The Psychologist: Practise & Research Journal Vol 1. Number 1. Supplement 2. (p.203).

Poppe, P. (2018c). Escola de Pais Grupanalítica. Comunicação em formato de Pitch sobre “Aplicações em Grupanálise nas instituições de saúde, escolas e em contexto organizacional”. XVIII Congresso Nacional de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo. Lisboa.

Poppe, P. (2019). Escola de Pais Grupanalítica – janelas e caminhos terapêuticos que se abrem. Apresentação oral no XIV Encontro Lusobrasileiro e XIX Congresso Nacional de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo. Lisboa.

Poppe, P. (2021). Minicurso: Escola de Pais Grupanalítica. XV Encontro Luso-Brasileiro de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo, XIII Congresso Brasileiro de Psicanálise das Configurações Vinculares, XX Congresso Nacional da SPGPAG, XIV Jornada da SPAGESP. Brasil.

Poppe, P. (2024). Groupanalysis applied to Parents. Oral presentation in the EFPP Four Section Conference: Psychoanalytic Psychotherapy and Relatedness in Stormy Times. Warsaw.

Poppe, P. e Teixeira, A. L. (2018a) A Grupanálise e as suas Aplicações em Portugal. Apresentação oral no 4º Congresso da Ordem dos Psicólogos. Braga.

Poppe, P. e Teixeira, A. L. (2018b) A Grupalítica e as suas Aplicações em Portugal. The Psychologist: Practise & Research Journal Vol 1. Number 1. Supplement 2. (p.196). Lisboa.

Racker, H. (1986) Estudos sobre Técnica Psicanalítica. Artes Médicas. Porto Alegre.

Rotenberg, E. (2007). Hijos difíciles-Padres Desorientados, Padres difíciles-hijos desorientados. Lugar Editorial. Buenos Aires.

Rotenberg, E. (2014) La “función parental verdadeiro self” base de la integración del Yo. In: Parentalidades. Interdependencias transformadoras entre Padres e Hijos. Lugar Editorial. Buenos Aires.

Winnicott, D. W. (1958). Psicanálise do Sentimento de Culpa. In: O Ambiente e os Processos de Maturação, Cap. I. Artes Médicas Porto Alegre. (1982).



Artigo
Histórico.

EDUARDO LUÍS CORTESÃO

TRANSFERENCE NEUROSIS
AND THE
GROUP-ANALYTIC PROCESS

EDUARDO LUÍS CORTESÃO

EDUARDO LUÍS CORTESÃO
Professor da Faculdade de
Ciências Médicas
R. Andrade Corvo, 47 - B. E.
Telej. 57 25 08 - 1000 Lisboa
N.º Contribuinte 123 692 938

TRANSFERENCE NEUROSIS AND THE GROUP-ANALYTIC PROCESS

ESTE EXEMPLAR PERTENCE
À BIBLIOTECA DO
DR. ANTONIO ALVES GOMES.
SENDO Cedido A TÍTULO
PROVISÓRIO A ESTE SERVIÇO

(¹) President, Class of Psychiatry (Portuguese Society of Neurology and Psychiatry).

(²) Paper read at the «London Workshop 1974», organized by the British Group-Analytic Society. January 1974.

I

The use of psychoanalytic concepts coined in a specific therapeutic situation and estranged to other therapeutic dimensions, has raised many objections and serious difficulties. It can be argued that the original notions formulated by Freud have been corrupted by the off-hand use made of them in situations or therapeutic moulds alien to the original model and deprived of experimental evidence articulated with theoretical formulation based on scientific authenticity.

Thus, the psychoanalytic discoveries of transference, acting out, resistance or interpretation, can be misused in such a form that it can easily mislead to an absurd hiatus between the original psychoanalytic constructure and the different setting in which the constructure is applied.

It seems necessary therefore that a certain reference be made here, though short, to the theoretical variables through which transference neurosis was born and through which it has gradually been transformed.

Only after this can we point out other variables in which we can structure the group-analytic process and verify if the concept, even though originated from a distinct scenery, is significant and natural—or not—in the new therapeutic situation we now claim to study.

II

The concept of transference neurosis was formulated by Freud (1914) for the first time in «Remembering, Repeating and Working-through» (p. 154) in the following way:

«Provided only that the patient shows compliance enough to respect the necessary conditions of the analysis, we regularly succeed in giving all the symptoms of the illness a new

transference meaning and in replacing his ordinary neurosis by a transference-neurosis of which he can be cured by the therapeutic work.

The transference thus creates an intermediate region between illness and real life through which the transition from one to the other is made. The new condition has taken over all the features of the illness; but it represents an artificial illness which is at every point accessible to our intervention».

This is the first theoretical variable which essentially implies theoretical assumptions which give emphasis to the existence of psychological unconscious activity which can become conscious through psychoanalytic therapeutic action.

In 1920—when proceeding to a third revision of instinct theory—Freud takes into account the value of the *compulsion to repeat* and of *acting out*. The alteration now introduced also points out to the structure of a coherent ego and to the *repressed* in such a way that the transference neurosis is conceived in a different elaboration and will therefore also call for a different therapeutic procedure.

In Chapter III of «Beyond the Pleasure Principle» (pp. 18-19) the new variable is introduced in the following terms:

«The patient cannot remember the whole of what is repressed in him, and what he cannot remember may be precisely the essential part of it. Thus he acquires no sense of conviction of the correctness of the construction that has been communicated to him. He is obliged to *repeat* the repressed material as a contemporary experience instead of, as the physician would prefer to see, *remembering* it as something belonging to the past. These reproductions, which emerge with such unwished for exactitude, always have as their subject some portion of infantile sexual life—of the Oedipus complex that is and its derivatives; and they

— 4 —

are invariably acted out in the sphere of the transference of the patient's relation to the physician. When things have reached this stage, it may be said that the earlier neurosis has now been replaced by a fresh "transference neurosis".

A further variable is offered in 1923 with the metapsychological revision made in the «Ego and the Id». This work is going to open new paths to the psychology of the ego and its functions, continued in 1936, with «The Ego and the Mechanisms of Defence» by Anna Freud.

Summing up, we can say that in the light of all the classic psychoanalytic construction, the transference neurosis is embodied:

- 1) In a metapsychological conception of topographic, dynamic, economic, and structural points of view.
- 2) In libidinal phases of evolution which imply not only the analysis, in the transference, of fixations due to regressive phenomena, as well as of character traits in relation to those same phases.
- 3) The Oedipus complex, located between the ages of 3 and 5, and the emphasis conferred to the regressive aspects described as pre-oedipian as well as pre-genital, takes us to a specific assessment of the theoretical understanding of transference neurosis.

III

However, the reproduction in the therapeutic setting of a «fresh neurosis» when done in terms of object theory, compels us to examine other theoretical variables. Some of these new formulations are going to give higher significance to the object in itself (the mother, the facilitating environment etc.) but do not alter, in its essence, the metapsychological points of view, the basis of instinct theory and the principles of ego development. This tendency is for instance represented in the work of D. Winnicott (1958).

The emphasis on the object is also a part of Fairbairn's object theory although he wishes to alter the concept of regression to phases of libidinal evolution (1941 and 1952).

The theoretical understanding and the implications in the handling of transference neurosis are, however, deeply altered in object-theory as developed by Melanie Klein and her followers (Segal, 1964).

Here, in the transference repetition of infantile neurosis, the analyst's attention is going to be centred on the repetitive occurrences originated by the continuous projection and introjection of objects, during the first year of life. The Oedipus complex is displaced for this period of time and what is described as depressive-position takes the place of the Oedipus complex. Unconscious phantasies are of main importance and their interpretation gains priority to interpretation of defence.

Therefore, and in view of the many discrepancies in conception, it seems to me of utmost importance, for scientific communication in the psychotherapeutic forum, that authors seek to clarify psychoanalytic theory according to the frame of reference to which they have applied.

Thus, in 1974, transference neurosis is a concept which, even within the psychoanalytic establishment, is far from being able to be considered in itself as uniform.

IV

But it is not only the theoretical and technical ground that we have to assess. I am referring to the psychopathological variation which also influences theoretical knowledge and technical procedure. Transference neurosis holds different forms and contexts, according to the distinct nosological groups and situations as may be for instance the neurosis, the psychosis, narcissistic states or child analysis.

The therapeutic indication of choice and the good psycho-analytic prognosis were given in 1915, for the anxiety neurosis, conversion hysteria and obsessional neurosis. This was after the distinction made in the paper «On Narcissism» (1914 a) between the displacement of libido on the objects or on the ego itself.

— 5 —

It was suggested that in these cases the libido was more easily displaced on real or imaginary objects instead of being withdrawn from the objects and cathected on the ego itself.

These illnesses were also named, from a nosological point of view, as «transference neurosis» exactly because of their mobility of libidinal displacement, which made them more flexible in the analytical treatment and accessible to the formation of a fresh neurosis in a specific therapeutic setting, which Sandor Rado in 1924 (p. 36) described as a «therapeutic neurosis». However, with the progress achieved in the understanding of object relations, as well as on pre-oedipal and pregenital phases of evolution and the mechanisms of ego-splitting, the technical handling of the transference neurosis was altered so as to include those types of neurosis with predomination of narcissism, the psychosis and those states with diffuse symptomatology, which Heinz Kohut (1964) has studied as «narcissistic states».

And in child-analysis, although M. Klein (1932) does not describe any technical differences, when comparing it to adult-analysis, Anna Freud (1959) shows that the child depends on the parents and that this factor asks for technical modification.

Naturally, such dependence on the child, is a biological and social factor and not necessarily a neurotic one. But, here again, «something» is repeated in the form of a «therapeutic neurosis» although with its own traits depending on the age of the patient.

V

Psycho-analysis is subject to the process of evolution inherent to science itself, in such a way that the technical constructs and procedures conceived and practiced 50 years ago, say in 1924, belong today — in 1974 — to a historical phase of evolution. Thus, also in 2024, — just in 50 years time from now — the revision of theory and technique (as well as the contexts in which they will actuate) will of necessity be most profound.

I think therefore it will be correct for us to consider our present discoveries as transitory

features, in a sense of evolution and perspective of permanente revision.

It is my conviction that these same principles of scientific evolution and permanent revision should also be presented in group-analytic theory and practice as created and developed by Foulkes (1949, 1964, 1965) and some of his followers.

Transference neurosis, for example, is in the experience of Foulkes (1964) object of different formulations.

In Chapter XIII of «Therapeutic Group Analysis» this position is made clear in the following way (p. 177):

«I was then, in the absence of any other observations of the opinion that the individual transference neurosis could not be analysed in the group situation. In the light of twenty years experience I must withdraw this statement. True transference neurosis of the individual can clearly be recognised in the group and therefore also analysed.»

And he adds:

«it is also true that the transference neurosis develops in a different way in view of its multipersonal distribution.»

In 1970, at the Estoril Symposium, I had the opportunity, to call the attention to the fact that transference neurosis in the group-analytic treatment is in itself a fact, and we cannot keep from seeing it, even if we deliberately wanted to do so.

At the time I stated (1971, p. 46) that «in the group-analytic situation the dynamic and economic aspects belonging to the group-analytic process take shape as the group members represent one to each other, and on the whole of the situation, a fundamental role as transference figures cathected with psychic energy derived from primitive relational models. And when the group-analytic process is set in action through commutative interpretations, the group (or some of its members) finds itself at a threshold of awareness, where objects, as they present themselves now and here, are

— 6 —

cathected with representations, parts and energetic valences which do not belong to them. This threshold is mainly in connection with the preconscious level and it deals essentially with the reproduction of the very origins of neurotic conflict whose sources are deeply inserted among all group members who find themselves, with no exception, committed in this new relational model».

«When resistance takes form as a global process shared in the group, group resistance follows its own way because the origins of neurotic conflict are not only displaced to this new relationship; they are also re-experienced and re-enacted».

The situation we are watching now is a transference situation shared by eight people. These persons are behaving towards each other and towards the total situation in such a form that the intensity, constancy, predominance and compulsive repetition of forms of acting, thinking and feeling become more relevant in this transference situation than in the own real life which every group member follows outside the group. And the same holds true in comparison with the very quality which the conflict may have assumed in the past of each individual. This is really a form of neurosis lived specifically by each one, shared collectively by all, artificial in the sense that it was induced and fostered by the therapeutic situation itself.

Only the object of the transference and the form taken by resistance create distinct object relations in the group-analytic process. They are different in their form but identical in their essence to individual transference neurosis.

VI

From the point of view of a theory of technique the transference neurosis may be included in the group-analytic process as one of the ingredients entering in its composition. I propose to define *group-analytic process* in the following way:

It is the mode through which the various theoretical and technical dimensions — which contribute to embody and give form to the therapy —

are structured, organised and perform a function.

The main components of this process are:

- 1) The group-analytic pattern and the matrix,
- 2) The mutable levels of communication,
- 3) The psychotherapeutic variation,
- 4) The commutative interpretation,
- 5) The working-through,
- 6) The transference neurosis.

1) The group-analytic pattern and its relation to the matrix have been defined in the first number of GAIPAC (1967).

On another occasion (1971) I have described it in relation to the group-analytic process in this manner:

«By his analytic attitude, abstaining himself from answering in a situation of "customary reality" and offering instead his collaboration by means of interpretations, the analyst conveys to the group a special pattern of relationship and this, in turn, induces regression. Unconscious motivation is set in action and primary process transpires through associations or the latent content of dreams. Id impulses emerge cathected in archaic object relations which, due to repetition-compulsion, appear now in this new setting metamorphosed, yet keeping the energy or the affect cathected in the primitive object relation with all its vigour and idiosyncrasy.»

He (the analyst) conveys to the group matrix a special imprint which is defined in latent rules and specific (however spontaneous) attitudes. He sees the group regularly and is punctual; the group members sit with him in a circle with 8 or 9 chairs; he does not prescribe drugs, offer advice or interfere in the patients' lives; he confines his interventions as much as possible to interpretations. He does not get personally involved in the patients' emotional attitudes and beliefs and tries instead to interpret the different contexts and unconscious roots in which behaviour and attitudes were cast. This is the pattern (from Sanscript Pā, the Seed) which may propagate and sustain, in a fertile matrix, a specific mode of communication and relationship. This

— 7 —

imprint leaves its allegiance to the analyst since the group spontaneously becomes its owner, and thus it becomes an integrated pattern, not an imposed one, «contra-natura».

2) The distinction of levels of experience and levels of interpretation which are mutable ones, was put forward (1971) as a tool to therapeutic function as well as a means of describing one of the components of the group-analytic process. The five levels I have described are the following:

- 1) Individual subjective experience.
- 2) Plural subjective experience.
- 3) Associative communication.
- 4) Interpretation.
- 5) Transference interpretation.

Very briefly one might say that the level of individual subjective experience is the one in which a patient talks about his daily and actual life experiences or, for instance, the manifest content of a dream. If others carry on in the train of thoughts and relate their own daily events related or not through a «by the way» or «a propos what you have just said», that group is communicating in a level of plural subjective experience. It is when two or three members comment on what a member said by asking questions or by offering suggestions and information that the group turns on a level of associative communication (¹).

The level of interpretation functions when one or two members (or the therapist) may grasp a sequence of events and link them up with past experience or phantasies which seem to have a connection with what is being said now. And then what appears to be an «information», offered by a group member or the therapist, may take the shape of a translation, to a conscious field of perception, of repressed associations, chains of thoughts and contained

affects which were not clear to a certain patient or to the group.

Finally the level of transference interpretation is furthered by the assumption that what is verbalized here and now is not so relevant in its manifest content but it reveals rather a displacement of affects invested in phantasies, screen memories, dream-thoughts or actual specific conflicts to this new object relation as it is furthered by the whole group or the analyst through the group-analytic pattern.

3) Now, we are prepared to draw certain conclusions, that is, depending on what level or levels you are going to operate on so you will define what sort of group analytic psychotherapy you are doing and will demarcate a *psychotherapeutic variation*.

4) As our purpose today is to contribute to the clarification of such a complex concept as is the group transference neurosis, it is on the level of transference interpretation that we are supposed to concentrate our attention.

I have defined it elsewhere (1971) as commutative interpretations, showing with clinical material their relevance for the purpose of analysis and the fostering of therapeutic progress.

Of course this formulation of levels of communication through experience and interpretation leaves the therapist free to determine what he is going to say and what he is going to do. When practising group-analytic psychotherapy—which is, by the way, the main and more suitable form of psychotherapy that, in my view, can be taught and developed in out-patients consultations, training of hospital staff—and current private practice—I advise and personally use an emphasis on the third mutable level of associative communication with only occasional expansions to the level of interpretation.

Yet if transference neurosis and long term treatment are envisaged, the group analyst has to act differently if he wishes to be coherent with his own theoretical references and therapeutic goals.

I suggest that in such circumstances he must

(¹) When I first described these levels I named the third level «non-transference communication» and the fourth «non-transference interpretation». Because this gave rise to the cursory assumption that I was pleading for transference hegemony, I prefer to name the levels with the terms used in the present paper.

— 8 —

abstain from communicating on the levels of individual and plural subjective experience. He must verbalize only a minimum at the level of group associative communication, his contribution doesn't have to be so strict in the level of interpretation, and obviously it is on the level of transference interpretation that his therapeutic skills are required.

At this point I wish to make it clear that I do not advocate the systematic and excessive use of transference phenomena or transference interpretations as the optimum for group analysis. You will allow me to remind you that precocious verbalization of transference phenomena before affects are attached to it may hinder the whole process of the transference neurosis and its adequate development. I can only express my regrets if my paper at the European Symposium (1971) caused any misunderstandings regarding my position in this context.

5) I would like to throw some light on the concept of «working through» which is fundamental for our understanding of the group-analytic process and the development of transference neurosis.

Unfortunately psychoanalysts tend to confuse working-through with analyzing or with a vague notion as might be «analytic work». This may be in part due to difficulties found in translating the German word «durcharbeiten» used by Freud in the contexts which I shall try to explain presently.

The «durcharbeit» or «working-through» has been described by Freud taking into account dynamic and economic features in «Remembering, repeating, and working through (1914).

He says:

«This working-through of the resistances may in practice turn-out to be an arduous task for the subject of the analysis and a trial of patience for the analyst (p. 155)».

And he adds:

«The main instrument, however, for curbing the patient's compulsion to repeat and for

turning it into a motive for remembering lies in the handling of the transference (p. 154)».

In «Inhibitions, symptoms and anxiety» (1926) Freud emphasizes both topographical and structural aspects.

In the addenda (p. 159-60) he writes:

«For we find that even after the Ego has decided to relinquish its resistances it still has difficulties in undoing the repressions; and we have called the period of strenuous effort which follows after its praise worthy decision, the phase of "working-through" (p. 159)».

«It must be that after the Ego-resistance has been removed, the power of the compulsion to repeat, the attraction exerted by the unconscious prototypes upon the repressed instinctual process—has still to be overcome. There is nothing to be said against describing this factor as the resistance of the unconscious (p. 159-60)».

It is here that Freud makes the distinction and classification of the different forms of resistance. It is pertinent for us to be reminded of them as their diagnosis is necessary for our group-analytic work. The distinction is made between Ego-resistance, Id-resistance and Superego-resistance. It is in the group Ego-resistance that Freud further distinguishes the repression-resistance, transference-resistance, and gain from illness (this last one resulting from assimilation of symptoms by the Ego).

And the Id resistance is described as «the resistance which necessitates «working through» (p. 160).

As transference neurosis is mainly concerned with the structure of transference itself, and as transference is meaningful chiefly as a form of resistance, it seems useful to remember the definition made by Freud of transference-resistance. After describing repression-resistance he says:

«Next there is the transference-resistance which is of the same nature but which has different and much clearer effects in analysis,

— 9 —

since it succeeds in establishing a relation to the analytic situation or the analyst himself, and thus reanimating a repression which should only have been recollected (p. 169)».

In a review of working-through, last year (1972), I have had the occasion of going through the main literature on the subject which is, however, rather disappointing and sometimes misleading. Nevertheless, two exceptions should be made to Greenacre and Glover. Glover in 1958 contributes to a theory of technique with the following:

«How necessary it is to examine anew the factor of working through (*durcharbeiten*) of which so much less has been heard in recent years.

According to Freud this process deals with the resistance of the Id and occurs irrespective of immediate interpretation. The slowness of the process is an indication that the determining factors must also operate very gradually. These factors are (a) gradual psychic reassurance, (b) gradual new introjections (c) fractional projections given assent to by the Ego, (d) gradual widening of the range of displacements leading gradually to new adaptations — in short, a gradual progression rather than continued regression of fusions of libido and aggressive impulses (p. 372, 373)».

Also Greenacre (1956) has reviewed the subject with special emphasis on the fact that:

«if the infantile memories were recovered too quickly or were acted out in the transference and not adequately interpreted, the abreaction at the time might be appreciable but had no lasting effect. In such instances the working through had not seemed necessary for the recovery of the memory, but now became essential to sustain any therapeutic effect — not to diminish the resistance and reach the memory but to demonstrate again and again to the patient the working of instinctual trends in various situations in life.»

Later to the presentation in Lisbon of my paper on working-through I had the occasion to talk, in London, to Dr. J. Sandler, who told me he was to have published soon a book (1973) in which working-through was reviewed. He kindly let me read the typed manuscript. In it he maintained that:

«psychoanalytic writers uniformly maintain that although working through is an essential part of the psychoanalytic process, interpretation of unconscious mental content, and of transference repetitions, together with the gaining of insight, are equally vital to it.»

6) Now we can state that the group transference neurosis is a part of the group analytic process and is related to a series of phenomena and theoretical constructs among which we have briefly reviewed the group-analytic pattern and the matrix in which it inbreeds; the multiple levels of communication; the psychotherapeutic variation which is determined by the theory informing the therapist but not necessarily by the situation in which he applies it; the commutative interpretation; and the process of working through.

I certainly could not end this paper without due reference to Rita Leal's paper on «Transference Neurosis in Group Analytic Treatments» (1968). She follows Foulkes concepts of mirror reaction, resonance and location, though she develops a personal concept of mirror reaction in relation with a genetic development of the individual which would be the subject of a repetitive occurrence in the therapeutic group where the «internal personal matrix» of each group member would merge, react and evolve in a transference process emerging in a transference neurosis through the group-analytic process.

VII

I think we may be rather peremptory about the statement that a group transference neurosis does not exist for the sake of the group. The group is a structure, a mould, a matrix, a forum for specific communication.

It is not a psychical entity or a mental

— 10 —

apparatus. This is why, in my view, some current expressions like group transference, group resistance and group transference neurosis should serve only the purpose of indicating the way and the setting in which a theoretical construct is technically applied and the specific quality inherent to the setting or the situation. The essence of the concept has not necessarily to be altered. If the essence of the concept has to be altered then the original term should

be abandoned or substituted. Otherwise it should keep its allegiance to the specific situation in which it was born.

Yet, for the concept of transference neurosis we have found that the specific qualities offered through the group-analytic process do endorse the original psychoanalytical concept with new meanings and contribute to its better clarification.

REFERENCES

- Cortesão, E. L. (1967) — «Pattern and Matrix», *GAIPAC*, vol. I, n.º 1.
- (1971) — «On Interpretation in Group-Analysis», *GAIPAC*, vol. IV, n.º 1.
- (1972) — «The working through during a phase of psychoanalytic treatment», paper read to the Portuguese Psychoanalytic Study Group, Lisbon. (Unpublished).
- Fairbairn, W. R. D. (1941) — «Psychopathology of the psychosis and psychoneurosis».
- (1952) — «Psychoanalytic Studies of the Personality».
- Foulkes, S. H. (1949) — «Introduction to group-analytic psychotherapy».
- (1964) — «Therapeutic group-analysis».
- Foulkes, S. H. and Anthony, E. J. (1965) — «Group-psychotherapy: the psychoanalytic approach».
- Freud, A. (1936) — «The Ego and the Mechanisms of Defences».
- (1959) — «The psychoanalytical treatment of children».
- Freud, S. (1914) — «Remembering, repeating and working-through», *S. E.*, vol. XII.
- (1914-A) — «On Narcissism», *S. E.*, vol. XIV.
- (1920) — «Beyond the pleasure principle», *S. E.*, vol. XVIII.
- (1923) — «The Ego and the Id», *S. E.*, vol. XIX.
- (1926) — «Inhibitions, symptoms and anxiety», *S. E.*, vol. XX.
- Glover, E. (1959) — «The Technique of Psychoanalysis».
- Greenacre, P. (1956) — «Re-evaluation of the process of working-through», *I. J. P.*, vol. XXXVII.
- Klein, M. (1932) — «The psychoanalysis of children».
- Kohut, H. (1954) — «The Analysis of the Self».
- Leal, M. Rita M. (1968) — «Transference neurosis in group-analytic treatments», *GAIPAC*, vol. I, n.º 2.
- Rado, S. (1924) — «The economic principle in psychoanalytic technique», *I. J. P.*, vol. VII.
- Sandler, J., Dare, C. and Holder, A. (1973) — «The patient and the analyst — The basis of the psychoanalytic process».
- Segal, H. (1964) — «Introduction to the work of Melanie Klein».
- Winnicott, D. W. (1958) — «Collected Papers».

Composto e impresso
— nas —
Officinas de São José
L I S B O A - 3
em Abril de 1974
para Lepetit

LISBOA  PORTUGAL

Comentário ao artigo histórico de Eduardo Luís Cortesão

César Vieira Dinis

Trata-se de um artigo apresentado por Eduardo Luís Cortesão no workshop organizado pela British Group-Analytic Society em Janeiro de 1974, em Londres.

Tem um significado muito relevante na génese da “Escola Portuguesa de Grupanálise” tanto mais que historicamente surge em continuidade às intervenções de Cortesão no 1º Symposium de Group-Analysis que se realizou no Estoril em 1970.

Não me fez qualquer sentido tentar uma como que recensão do artigo e escolhi naturalmente partilhar convosco as reflexões e associações que a leitura do mesmo me foi sugerindo.

Ao começar por definir a neurose de transferência, é evidente a preocupação de Cortesão em seguir a ortodoxia das formulações freudianas, vinculando desde logo a sua concepção de grupanalise à teoria psicanalítica. No entanto, enfatizando que em ciência o estado do conhecimento é sempre provisório e a propósito das dificuldades que as concepções kleinianas causaram, na época, à teoria psicanalítica, diz que as formulações e procedimentos técnicos praticados 50 anos antes (estava-se em 1974) correspondiam a uma fase histórica da evolução, tal como aconteceria com os de então, cinquenta anos mais tarde, ou seja, em 2024!... Alguém poderá ser tentado a pensar em premonição. Eu que creio no acaso, costumo comentar este tipo de coincidências dizendo que “são malhas que o império tece”.

Cortesão escolhe então recordar a sua intervenção no *Symposium* do Estoril, sublinhando como defendeu que “a neurose de transferência no tratamento grupanalítico é em si mesma um facto” o que provocou na altura, animada controvérsia.

É nesta fase do artigo que depois de afirmar que a neurose de transferência deve por direito ser incluída no processo grupanalítico, define o que entende como processo

⁵ Médico psiquiatra, Grupanalista. Membro Titular Didata e Supervisor da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo (SPGPAG). cesarvieiradinis@gmail.com

grupanalítico, discriminando os seus componentes desde o padrão e a matriz até à neurose de transferência e, entre outros, enfatizando os “níveis mutáveis de experiência e de interpretação” e o conceito de “*working-through*” (perlaboração em português). Faz-me sentido dizer que este é o momento em que Cortesão define não só os alicerces, mas toda a linha de rumo e a arquitectura do que para ele era e significava a Grupanálise, mais tarde detalhadamente conceptualizado na sua tese de doutoramento e, sobretudo, no livro “Grupanálise Teoria e Técnica”.

Na parte final faz uma muito breve referência ao artigo de Maria Rita Leal “*Transference Neuroses in Group-Analytic Treatment*” publicado no GAIPAC em 1968 e no qual é formulado o conceito de “matriz pessoal interna” de cada membro do grupo e a sua operacionalidade no manejo da neurose de transferência em grupo.

Cortesão termina dizendo que algumas expressões correntes como transferência de grupo, resistência de grupo, neurose de transferência de grupo e muitas outras significam unicamente o “setting”, o contexto a que estão a ser aplicadas. Suponho que seria menos ambíguo se em vez de, se dissesse em.

Termino esclarecendo que no meu entendimento e no meu procedimento clínico, o conceito de matriz grupanalítica – na qual nasce, pulsa e se desenvolve a neurose de transferência de cada um – integra N “matrizes pessoais de grupo”, tantas quantos os membros do grupo. O juízo que faço, fundado no meu testemunho, é que embora, no plano teórico não o mencionasse, Eduardo Luís Cortesão na praxis grupanalítica operava em coerência com o modelo que acabei de descrever.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A Revista da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo (SPGPAG) pública, quer on-line, quer em papel, artigos originais ou de revisão e artigos de investigação clínica ou teórica que se inscrevam no contexto dos temas da grupanálise.

Publica trabalhos: elaborados por membros da SPGPAG; por autores não pertencentes à SPGPAG; por autores convidados estrangeiros, que tenham sido apresentados nos congressos nacionais ou internacionais e que se inscrevam no âmbito dos objectivos da SPGPAG; trabalhos finais de membros da SPGPAG ou dos alunos em formação na SPGPAG; críticas a livros de autores nacionais ou internacionais de relevância para os temas de trabalho e de estudo da SPGPAG.

Qualquer artigo ou trabalho é objecto de parecer de dois revisores, que sem conhecer o nome dos autores do mesmo, dão a sua opinião acerca da relevância do artigo a ser publicado. Em caso de discordância é pedido parecer a um terceiro revisor.

Os artigos a publicar devem ser redigidos em Português e Inglês. Os autores que apresentem os seus trabalhos em Francês, podem publicar nesta mesma língua, mas ser-lhes-á solicitada uma versão em língua inglesa.

Será solicitado a autores cujos trabalhos ou artigos ultrapassem o número máximo de palavras que subdividem o mesmo em dois trabalhos ou artigos mais pequenos ou que reduzam o número de palavras até ao limite máximo.

Os Artigos deverão ser submetidos online para o endereço electrónico: spgpag.pt@gmail.com

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Consultar o site oficial da SPGPAG (<https://grupanalise.pt/>)



Sociedade Portuguesa de Grupos e Psicoterapia Analítica de Grupo
www.grupanalise.pt
R. Carlos José Barreiros, 25 R/c Dto., 1000-087 Lisboa
e-mail: spgpag.pt@gmail.com
Lisboa, 2024